



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 16ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 21 DE DEZEMBRO DE 2021

ATA Nº. 21 / 2021

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
- 3.1. APROVAÇÃO DE ATAS
- 3.1.1. ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A VINTE E DOIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM - ATA NÚMERO DEZANOVE, DE DOIS MIL E VINTE E UM
- 3.1.1.1. VOTAÇÃO
- 3.1.2. ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A VINTE E TRÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM - ATA NÚMERO VINTE, DE DOIS MIL E VINTE E UM
- 3.1.2.1. VOTAÇÃO
- 3.2. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ PAIVA – AUTARCA DO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD
- 3.2.1. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.2.2. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.2.3. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 3.2.4. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.2.5. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.2.6. SRª. PRESIDENTE DA A.M.

- 3.2.7. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ PAIVA – AUTARCA DO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD – VERSÃO FINAL
- 3.2.8. VOTAÇÃO
- 3.2.9. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – “PROMOÇÃO DA EXECUÇÃO DE MEDIDAS PARA FAZER FACE AO PROBLEMA DA TESTAGEM À COVID DEZANOVE”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD - RETIRADA
 - 3.3.1. SR. DEPUTADO DIOGO OLIVEIRA (IN-OV)
 - 3.3.2. SRª. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
 - 3.3.3. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.3.4. SR. DEPUTADO DIOGO OLIVEIRA (IN-OV)
 - 3.3.5. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 3.3.6. SRª. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
 - 3.3.7. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.3.8. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
 - 3.3.9. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.3.10. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.4. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.5. SR. DEPUTADO RUI NASCIMENTO (PS)
- 3.6. SR. DEPUTADO JOÃO SANTOS (CDU)
- 3.7. SR. DEPUTADO ANTÓNIO PEREZ METELO (EO)
- 3.8. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.9. SR. DEPUTADO RUI NASCIMENTO (PS)
- 3.10. SR. DEPUTADO FRANCISCO O’NEILL MARQUES (CH)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 3.11. SR^a. DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL)
- 3.12. SR^a. DEPUTADA FÁTIMA RODRIGUES (IN-OV)
- 3.13. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.14. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
 - 4.1. ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE
 - 4.2. ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS PARA A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO DE OEIRAS (CPCJ)
 - 4.3. ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
 - 4.1.1. VOTAÇÃO
 - 4.2.1. VOTAÇÃO
 - 4.3.1. VOTAÇÃO
 - 4.4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 986/2021 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA AO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTE AO ANO DE 2021 A LIQUIDAR EM 2022
 - 4.4.1. VOTAÇÃO
 - 4.5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 987/2021 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA AO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES PARA 2022
 - 4.5.1. VOTAÇÃO
 - 4.6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 988/2021 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA AO LANÇAMENTO DE DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2021 A

SER COBRADA EM 2022

- 4.6.1. VOTAÇÃO
- 4.7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 989/2021 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA À TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM – TMDP
- 4.7.1. VOTAÇÃO
- 4.8. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 985/2021 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2021–2025, ORÇAMENTO MUNICIPAL, MAPA E ORÇAMENTO DE PESSOAL PARA 2022
- 4.9. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 990/2021 – SIMAS – RELATIVA AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2022 E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS
5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
6. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: APROVADA POR UNANIMIDADE EM 11/12/2021			
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	15		
PS	3		
PSD	1		
EO	1		
CDU	1		
IL	1		
CH	1		
PAN	1		
INOVAR ALGÉS	1		
INOVAR BARCARENA	1		
INOVAR CARNAXIDE	—		
INOVAR OEIRAS	—		
INOVAR PAÇO DE ARCOS	—		
INOVAR CAXIAS	—		
INOVAR BORGES	1		
IN-OV	1		

S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO

-----ATA DA 16ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 21 DE DEZEMBRO DE

-----ATA Nº. 21 / 2021 -----

----- Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

----- Pelas quinze horas e quinze minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Décima Sexta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e dois Deputados Municipais, cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesias (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos

Cardoso Pereira, António Maria Perez Metelo da Silva, João Rafael Marques Santos, Teresa Amélia do Carmo Carvalho, Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, Francisco O'Neill Marques, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d'Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Artur Alberto Dono Claro Campos e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal. -----

-----Os Senhores Deputados Ana Isabel Beça Dias da Costa e António Pita de Meireles Pistacchini Moita, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, da Coligação Democrática Unitária, e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, pediram a sua substituição para esta reunião, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, António Maria Perez Metelo da Silva, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, Teresa Amélia do Carmo Carvalho, da Coligação Democrática Unitária, e Artur Alberto Dono Claro Campos, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias. -----

-----Faltou o eleito Orlando Vaz Tavares, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, tendo a Mesa justificado a respetiva falta. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Joana Micaela Salvador Baptista, Pedro Manuel Freire Patacho, Armando Agria Cardoso Soares, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Alexandre Damasceno da Silva Poço, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto e Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

1. Eleição de representantes da Assembleia Municipal de Oeiras para integrar o Conselho Municipal de Juventude; -----
2. Eleição de representantes da Assembleia Municipal de Oeiras para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Oeiras (CPCJ); -----
3. Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal de Oeiras para integrarem a Comissão Municipal de Saúde; -----
4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 986/2021 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Imposto Municipal sobre Imóveis respeitante ao ano de 2021 a liquidar em 2022;-----
5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 987/2021 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares para 2022;-----
6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 988/2021 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Lançamento de Derrama relativa ao ano de 2021 a ser cobrada em 2022; -----
7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 989/2021 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à Taxa Municipal dos Direitos de Passagem – TMDP;-----
8. Apresentação da Proposta CMO N.º 985/2021 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Plano de Desenvolvimento Estratégico e Grandes Opções do Plano 2021–2025, Orçamento Municipal, Mapa e Orçamento de Pessoal para 2022;-----
9. Apresentação da Proposta CMO N.º 990/2021 – SIMAS – relativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2022 e Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais.-----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

3.1. APROVAÇÃO DE ATAS-----

3.1.1. Ata da Décima Quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e um - Ata número dezanove, de dois mil e vinte e um-----

3.1.1.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes com vinte e três votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica e Nuno Miguel de Oliveira Custódio), dois do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura e Rui Pedro Alves do Nascimento), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), e um do Partido Pessoa-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos e José Maria Godinho Montezo, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Os Senhores Deputados Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, do Partido Social Democrata, António Maria Perez Metelo da Silva, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, Teresa Amélia do Carmo Carvalho, da Coligação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Democrática Unitária, João Manuel d'Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, Artur Alberto Dono Claro Campos, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, e Dinis Penela Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. --

3.1.2. Ata da Décima Quinta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a vinte e três de novembro de dois mil e vinte e um - Ata número vinte, de dois mil e vinte e um-----

3.1.2.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes com vinte e três votos a favor, sendo doze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Diana Leonor Alves Gonçalves, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), dois do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura e Rui Pedro Alves do Nascimento), um do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoa-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos e José Maria Godinho Montezo, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Os Senhores Deputados Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e Nuno Miguel de Oliveira Custódio, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, do Partido Social Democrata, António Maria Perez Metelo da Silva, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, João Rafael Marques Santos e Teresa Amélia do Carmo Carvalho, da Coligação Democrática Unitária, e Artur Alberto Dono Claro Campos, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

3.2. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ PAIVA – AUTARCA DO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“No final de outubro de dois mil e vinte e um, faleceu um autarca deste Concelho, homem bom e de ímpar humanidade.-----

-----José Paiva, oficial da Força Aérea e homem de Abril, terminou a sua carreira como capitão da GNR.-----

-----Candidato à Presidência da Freguesia de Barcarena em dois mil e cinco, foi membro da Assembleia desta Freguesia durante vários mandatos, bem como candidato à Câmara Municipal de Oeiras e candidato à Assembleia da República, pelo Partido Socialista. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Homem livre e afável, sempre disponível para todos e grande defensor dos interesses de Barcarena, em particular, e de Oeiras, em geral, mantinha excelentes relações com todos os setores políticos, sociais e de âmbito humanitário, nomeadamente com as Associações dos Bombeiros Voluntários do Município.-----

----- Assim, entende a Assembleia Municipal de Oeiras aprovar um Voto de Pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento deste autarca, com a posterior atribuição do seu nome à toponímia da Freguesia de Barcarena.-----

----- Deverá, este Voto, ser comunicado à sua Excelentíssima Família, na pessoa de sua filha.”-----

3.2.1. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Este Voto de Pesar, que já tinha sido anunciado na passada Sessão da Assembleia Municipal pelo Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) tem duas imprecisões... que nós, na altura, tínhamos dito que votaríamos favoravelmente, se elas fossem incluídas:-----

----- O facto de não referir que José Paiva, em dois mil e quinze, foi candidato pelo antigo PDR (Partido Democrático Republicano), como cabeça de lista à Guarda, atual Alternativa Democrática Nacional (ADN);-----

----- E o facto de não referir que em dois mil e dezassete apoiou a candidatura de Fernando Afonso, candidato à Junta de Freguesia de Barcarena.-----

----- Nós não queremos votar contra nenhum Voto de Pesar, isso não faz sentido, na democracia, mas também não faz sentido que o Voto de Pesar não transmita aquilo que foi o currículo da pessoa. E, estes dados, existem... a candidatura à Guarda faz parte da Comissão Nacional de Eleições, está no histórico, portanto, qualquer pessoa pode verificar.-----

----- Não querendo, por isso, contribuir para algum desaguisado, ou aproveitamento político, por parte de alguns, nas redes sociais, com temas como o falecimento de cidadãos do

nosso Concelho, aquilo que gostaria de colocar à consideração do Partido Social Democrata era a inclusão destas duas questões, para evitar que este Voto de Pesar seja transformado em um “Voto de Pesar populista”. -----

-----Muito obrigada.”-----

3.2.2. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Bem, o currículo de uma pessoa, é sempre difícil pô-lo todo, não é? Mas eu pergunto ao proponente, Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), que já se tinha inscrito...”-----

3.2.3. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, eu registei, naturalmente, a intervenção da Senhora Deputada do Partido Socialista, aliás, já o tinha dado a entender na última Sessão, em que o PSD, verbalmente, informou esta Assembleia que iria apresentar este Voto de Pesar... porque entende, de facto, que, fundamentalmente, o que se está aqui a respeitar e a homenagear é a memória de um autarca, independentemente da força política a que pertence. -----

-----O PSD não quer entrar nestas questões partidárias, no que respeita a aspetos internos de uma organização partidária, naturalmente, embora registre o facto que merecerá, da nossa parte, uma avaliação negativa, quanto a essa conduta. -----

-----Queria, no entanto, dizer que o proponente não aceita esta alteração. O que aceita, então, é: retirar a parte final “... pelo Partido Socialista.” E, chega à “Assembleia da República”, ponto final. Sem identificar aqui, nem o Partido Socialista, nem qualquer outra das suas reformulações. Se assim for possível aprovar por unanimidade este Voto, tudo bem, senão mantém-se a redação como está e, naturalmente, o Partido Socialista votará como entender e, daí, retirarão as suas consequências. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----**A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) interveio, mas dado**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, ameaças? Não há ameaças aqui, estamos em democracia. -----

----- Começamos bem...” -----

3.2.4. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

----- “Não entenda como uma ameaça, não é ameaça nenhuma. Estamos a falar de um Voto de Pesar por alguém que faleceu e que deu o seu contributo ao nosso Município.-----

----- Como eu lhe disse, no início, é sempre complicado, num currículo, nós pormos todas as coisas em que a pessoa participou. -----

----- Não há, realmente, nenhum propósito de esconder seja o que for, não é? Mas eu concordo com o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD): retiraria o que diz respeito... punha só “como candidato à Câmara de Oeiras e à Assembleia da República.” e não punha por quem; e, portanto, já não haveria a necessidade, depois, de estarmos a pôr porque partido é que terá sido candidato em outras situações. Concorda? (dirigindo a questão à Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS))”-----

3.2.5. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção: ---

----- “Senhora Presidente, eu agradeço a retirada da designação do Partido Socialista. Dizer que, obviamente, José Paiva não foi candidato à Câmara, foi candidato à vereação... candidato à Câmara é ser cabeça de lista, mas compreendo a lógica do texto. E dizer que também compreendo quem é que está aqui a fazer... Nós vamos votar favoravelmente, retirando esta menção, mas quero que fique registado em Ata que, o PS, compreende bem quem é que faz favores a quem, trazendo este Voto de Pesar aqui. E, portanto... pois é, Senhora Presidente, mas é que, para que haja limitação de um lado, tem de haver limitação do outro. É assim.” -----

3.2.6. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada, tudo o que se diz aqui fica em Ata.” -----

-----A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) observou o seguinte: ----

-----“Exatamente. -----

-----Muito obrigada, Senhora Presidente. Está registado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte: -----

-----“A Ata é a transcrição integral de tudo... das nossas intervenções.” -----

3.2.7. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ PAIVA – AUTARCA DO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD – VERSÃO FINAL -----

-----“No final de outubro de dois mil e vinte e um, faleceu um autarca deste Concelho,
homem bom e de ímpar humanidade.-----

-----José Paiva, oficial da Força Aérea e homem de Abril, terminou a sua carreira como
capitão da GNR.-----

-----Candidato à Presidência da Freguesia de Barcarena em dois mil e cinco, foi membro
da Assembleia desta Freguesia durante vários mandatos, bem como candidato à Câmara
Municipal de Oeiras e candidato à Assembleia da República. -----

-----Homem livre e afável, sempre disponível para todos e grande defensor dos interesses
de Barcarena, em particular, e de Oeiras, em geral, mantinha excelentes relações com todos os
setores políticos, sociais e de âmbito humanitário, nomeadamente com as associações dos
Bombeiros Voluntários do Município. -----

-----Assim, entende a Assembleia Municipal de Oeiras aprovar um Voto de Pesar e um
minuto de silêncio pelo falecimento deste autarca, com a posterior atribuição do seu nome à
toponímia da Freguesia de Barcarena. -----

-----Deverá, este Voto, ser comunicado à sua Excelentíssima Família, na pessoa de sua
filha.” -----

3.2.8. VOTAÇÃO-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado, por unanimidade dos presentes, com trinta e dois votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), dois do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura e Rui Pedro Alves do Nascimento), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira e António Maria Perez Metelo da Silva), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Artur Alberto Dono Claro Campos), e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

----- Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos e José Maria Godinho Montezo, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, não

estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 134/2021**-----

-----**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ PAIVA – AUTARCA DO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e dois votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, dois do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de José Paiva, com a posterior atribuição do seu nome à toponímia da freguesia de Barcarena, bem como comunicar este Voto à sua Excelentíssima Família, na pessoa de sua filha. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.2.9. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

-----“Conforme proposto, vamos fazer um minuto de silêncio.” -----

-----**Foi observado um minuto de silêncio, em devida homenagem a José Paiva, autarca do Concelho de Oeiras.**-----

3.3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – “PROMOÇÃO DA EXECUÇÃO DE MEDIDAS PARA FAZER FACE AO PROBLEMA DA TESTAGEM À COVID



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

DEZANOVE”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “Atendendo ao agravamento dos números da pandemia de COVID DEZANOVE, pelas características da variante Ómicron, coloca-se novamente em causa uma época natalícia com a relativa normalidade de que todos gostaríamos. -----

----- A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que o risco representado pela nova variante da COVID DEZANOVE é “muito alto”, já que tem potencial para ser mais resistente à imunização e mais contagiosa. Perante estes riscos, a OMS pede aos países um reforço de medidas prioritárias na tentativa de garantir a quebra de cadeias de transmissão, nomeadamente:-

----- Aceleração da vacinação (inicial e de reforço); -----

----- Isolamento profilático dos contatos dos casos de infeção associados a este surto;-----

----- Testagem regular da população. -----

----- Verificamos que, em Portugal, a capacidade de testagem se encontra comprometida pela elevada procura de testes junto de farmácias e laboratórios. A testagem pode facilitar o encontro de pessoas durante a época festiva que agora se inicia. -----

----- Em Oeiras, as farmácias estão, atualmente, sem capacidade de testar a população devido à elevada procura. Muitas destas farmácias só conseguem agendar novos testes para o início do mês de janeiro, porque as vagas previstas se encontram já completamente preenchidas. Apesar de existir uma unidade móvel de testagem no Concelho, esta não responde satisfatoriamente à elevada procura. As Juntas e Uniões de Freguesia, em articulação com as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários poderiam contribuir para uma forma eficaz de resposta às necessidades dos munícipes e, de forma mais célere, garantir a testagem da população. -----

----- Desta forma, a Assembleia Municipal de Oeiras delibera recomendar à Câmara

Municipal que promova a execução de medidas para fazer face ao problema da testagem, nomeadamente através da criação de postos fixos, de funcionamento permanente, em articulação com as entidades que considerar poderem fazer parte integrante e relevante da solução a encontrar.” -----

3.3.1. O Senhor Deputado Diogo Oliveira (IN-OV) referiu o seguinte: -----

-----“Queria fazer, aqui, só algumas notas, em relação a esta Proposta de Recomendação:

-----O problema da testagem é um bocadinho mais complexo do que parece. E porquê? Porque a grande maioria dos centros de testagem... (aliás, a totalidade) não tem ligação ao SINAVE (Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica). O SINAVE é que permite emitir o certificado digital.-----

-----Ou seja, se as pessoas não fizerem os testes nas farmácias – os Testes Rápidos de Antigénio (TRAg) –, as pessoas não conseguem entrar num estádio de futebol, não conseguem entrar num concerto, não conseguem ter acesso ao certificado digital e, portanto, esta proposta que, no fundo, é bem-intencionada, acaba por não ir resolver o problema da população, a não ser que seja única e exclusivamente para... (e que também é válido) para as pessoas estarem em família e poderem, rapidamente, saber se estão infetados, ou não.-----

-----Agora, o problema é complexo, porque se é para as pessoas irem viajar, se é para as pessoas irem a um concerto, a um restaurante, etc., têm de mostrar o certificado digital, e não são os postos rápidos... pronto, quer que seja... unidades móveis, não têm, não têm acesso.-----

-----Este problema também se coloca em Cascais, por exemplo, no Centro de Congressos do Estoril, as pessoas são testadas, mas o resultado do teste é um papel feito por eles em que põem “positivo” ou “negativo”, mas que não tem qualquer validade, em termos de... depois, se a pessoa quiser ir a qualquer sítio onde exijam o certificado digital e, portanto, isto levanta um problema muito complicado que é o trabalho prévio que tem que ser feito para que, no futuro, não volte a acontecer uma situação destas. Nós, parece que estamos, literalmente, “em guerra”,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

“em guerra”. As pessoas estão completamente desesperadas: querem ir visitar familiares, querem visitar... pronto, o que quer que seja, e não conseguem, porque ligam para as farmácias, as farmácias estão cheias, têm o agendamento cheio.-----

----- Claro que foi recomendado às farmácias que guardem vagas para estas situações, porque, por exemplo, há muita afluência às farmácias, de jovens, para irem ver jogos de futebol, porque para entrar nos estádios de futebol têm de ter o certificado digital, e foi recomendado às farmácias que guardem um número de vagas para estas situações... situações excecionais, de visitar familiares ao hospital, etc., mas isto servirá, no futuro, para nós aprendermos com isto, porque seria bom que em situações futuras, nós conseguíssemos, efetivamente, dar uma resposta mais organizada e mais global.-----

----- Claro que a Câmara tem feito imenso, e dificilmente poderia ter feito mais, porque a Câmara de Oeiras (como sempre) foi a primeira Câmara do País... ou a segunda, ou em “ex aequo” com a de Lisboa, a participar testes à população. Portanto, a Câmara de Oeiras, como sempre, está na linha da frente, o problema é que isto não depende só da Câmara de Oeiras, porque a COVID não está só em Oeiras e, portanto, ...-----

----- Eu acho que esta proposta, apesar de bem-intencionada, não aborda a questão com a profundidade devida. Porque, não é a criação de tendas, nem a criação de postos rápidos, que vai permitir a uma pessoa entrar num hospital para visitar um familiar. A pessoa chega lá... Porque as tendas e postos rápidos, não têm ligação ao SINAVE que gera certificado digital. Pronto, era só isto. ---- -----

----- Obrigado, a todos.”-----

3.3.2. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Esta proposta hoje apresentada pelo Partido Social Democrata, vai, realmente, no seguimento de uma intervenção que já tinha sido feita no início de novembro... e, “como bons portugueses que somos”: primeiro, deixamos vir o problema e, depois, tentamos colmatar,

encontrando soluções. As soluções não são para ser encontradas “a posteriori”. Panorama ideal, será, necessariamente, nós tentarmos antever o problema e ponderar o problema, para depois, efetivamente, as dimensões não virem a chegar a este estado.-----

-----Relativamente à proposta do PSD, aquilo que nós queremos é que a Câmara Municipal, em articulação com as entidades que considerar poderem ser a chave deste problema, criar estes postos fixos. De facto, quer para viajantes, quer para jovens que pretendem ir a jogos de futebol, quer seja para famílias que, de outra maneira, não estarão juntas durante as festas natalícias. Tudo isto é um problema que tem de ser resolvido.-----

-----Hoje, de preferência, ontem, ou amanhã... e, portanto, neste momento, urge, arranjar uma solução. Naturalmente, há médicos que certificam os testes que venham a ser feitos, há laboratórios com quem se podem estabelecer protocolos para encontrar uma solução para o problema; o que é preciso é agir. Superficial, ou não superficial, este problema tem de ser urgentemente resolvido.-----

-----As farmácias não dão resposta, os laboratórios vão estar fechados de dia vinte e três até à segunda-feira seguinte e, portanto, nós não podemos permitir que, de facto, o Natal das pessoas seja estragado, porque não pensámos nas coisas a tempo.-----

-----Esta proposta vem nesse seguimento, de trazer aqui uma resposta que os munícipes precisam... não é de uma forma “leviana”, precisam, de uma forma “urgente”, e, portanto, nós apelamos a que, de facto, o Executivo possa tomar medidas e possa, realmente, avançar com uma solução que vise acabar com esta dificuldade que hoje se encontra... não só em Oeiras, isto é um problema geral, mas, necessariamente, nós estamos aqui é para dar resposta aos nossos munícipes e estamos aqui para resolver o problema em Oeiras.-----

-----Muito obrigada.”-----

3.3.3. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mais alguém pretende usar da palavra? Queria passar a palavra... -----

----- Senhor Deputado Diogo Oliveira (IN-OV)? -----

----- Queria, depois, passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente.” -----

3.3.4. O Senhor Deputado Diogo Oliveira (IN-OV) referiu o seguinte:-----

----- “Eu peço desculpa, parece que cometi aqui uma imprecisão:-----

----- Parece que os postos móveis instalados no Município de Oeiras têm ligação ao SINAVE, portanto, peço desculpa, cometi aqui uma imprecisão.”-----

3.3.5. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Começo por lamentar as verbas destinadas, em Orçamento, para a Comunicação.

Ao que parece, Senhora Vereadora Carla Rocha, temos de aumentar a dotação da Comunicação do Município. Porque, no dia quinze deste mês, iniciaram funções dois postos fixos: um em Algés, outro em Paço de Arcos; está profusamente comunicado, em todo o lado... eu, até pensava que a maioria dos Senhores Deputados saberiam isso e, no mesmo dia, começou também a funcionar, novamente, a unidade móvel.-----

----- Os postos fixos estão abertos, desde as dez da manhã, até às nove da noite. A unidade móvel, com o mesmo horário. Todos os locais onde a unidade móvel está presente, estão anunciados na página do Município, nas redes sociais. -----

----- Desde dia quinze, até hoje, foram dois mil novecentos e sessenta e sete testes realizados... três mil e seiscentos, já? Pronto, três mil e seiscentos testes realizados. Estamos com uma taxa de positividade de um ponto oito por cento (dos testes realizados). E está a ser complementada a atividade das farmácias, tranquilamente. Portanto, fizemos a tempo e horas. ---

----- Aliás, nós temos ligação... como disse, agora, o Senhor Deputado Diogo Oliveira (IN-OV), temos ligação ao SINAVE, desde o primeiro momento. Ainda no início deste mês, estive numa reunião (de que não dei informação à Assembleia, dei informação à Câmara) com o Senhor Secretário de Estado responsável pela Área Metropolitana de Lisboa (AML), o Doutor

Duarte Cordeiro, com a Diretora-Geral da Saúde e com os Presidentes de Câmara da Área Metropolitana de Lisboa, na qual explicámos ao Presidente da Câmara de Cascais que, ao que parece, o Município de Oeiras, era o único cujos testes da unidade móvel (que trabalhava) e da unidade fixa (que estava prestes a ser montada) já tinham ligação ao SINAVE.-----

-----Portanto, nós estamos a fazer os testes complementares, se forem até à Rua Major Afonso Palla, em Algés, ou até ao Mercado... ou até ao Jardim, sim, era para ser no Mercado, mas foi colocado no Jardim Municipal, em Paço de Arcos... verão o escoamento, ainda ontem foram instaladas duas tendas, para que as pessoas, nestes dias mais chuvosos, possam aguardar, tranquilamente, na tenda, sem apanhar chuva, pela realização do teste.-----

-----Portanto, está tudo a correr com normalidade. Se for necessário, reforçamos.-----

-----Sobre isto, Senhor Deputada, dizer-lhe uma coisa:-----

-----É muito importante que o sistema esteja preparado, mas também é muito importante não lançar o pânico, desnecessariamente.-----

-----Desde o primeiro momento, nós fizemos o necessário para garantir eficiência e tranquilidade à população.-----

-----Quem precisar de testes, em Oeiras, basta deslocar-se às unidades... quer às farmácias (ou, no caso de estas não conseguirem) quer às unidades (fixas, ou unidade móvel) que realizam os testes.-----

-----Ainda ontem estive em Algés, por volta da uma da tarde, e estavam três pessoas na fila, portanto, ... e está aberto até às nove da noite. As nossas unidades também estarão abertas no dia vinte e quatro, até às seis da tarde, não é? Até à uma. Até à uma da tarde, eu pensava que era até mais tarde. Provavelmente, deve ser dos poucos concelhos que tem unidades a funcionar até ao dia vinte e quatro.-----

-----Portanto, até o dia de Natal está garantido, para as famílias que precisarem de realizar os testes.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mas voltamos a afirmar que é preciso não deixar criar pânico. Nós temos as coisas tratadas atempadamente. A reunião para coordenação da Área Metropolitana de Lisboa, foi feita na primeira semana de dezembro, para preparação da quadra natalícia, e desta época mais intensa. Portanto, o trabalho de preparação foi sendo feito já, desde há muito tempo. Há sempre coordenação entre os Presidentes de Câmara da AML, com o Secretário de Estado Duarte Cordeiro, com a Direção-Geral da Saúde, com o Senhor Coronel Carlos Gonçalves. Até, nessa ocasião, tive a oportunidade de ser menos agradável, com os horários praticados no Centro de Vacinação, que também não são determinados por nós, mas são determinados em função da possibilidade de as autoridades de saúde praticarem determinado horário. Se não há funcionários, não há possibilidade de fazer mais horário. -----

----- O Município de Oeiras: assegura a instalação, assegura os enfermeiros, assegura os equipamentos informáticos, assegura, até, as telecomunicações das autoridades de saúde locais, mas não temos funcionais administrativos para colocar, para trabalhar com um sistema que é o Ministério da Saúde que controla. -----

----- Volto a dizer, é preciso estarmos tranquilos e fazermos o que as autoridades de saúde recomendam e evitar entrar em pânico, ou libertar o pânico na população. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

3.3.6. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) observou o seguinte: -----

----- “Agradecer, ao Senhor Vice-Presidente, os esclarecimentos. -----

----- De facto, eu não sei se havia aqui deputados com conhecimento destes postos. O que é certo é que o Partido Social Democrata, na passada sexta-feira, contactou a totalidade das farmácias do Concelho. A única farmácia que se disponibilizou a fazer testes... isto, depois de termos sido contactados por uma empresa com cento e quarenta colaboradores que tiveram que contratar um laboratório para fazer testes. No Concelho de Oeiras, não foi possível realizar testes, portanto, ainda bem que esta informação está a ser divulgada aqui, nesta Assembleia

Municipal, e que está a chegar aos munícipes. Ninguém está a lançar o pânico. Nós estamos a querer cumprir as regras que, neste momento, as autoridades sanitárias impõem às pessoas e, portanto, quaisquer convívios e qualquer viagem que seja necessário fazer, as pessoas precisam de testes. Isto não é pânico, é uma realidade e é uma exigência. -----

-----Na passada sexta-feira, nenhuma das farmácias sabia da existência destes postos. Nós pedimos soluções às farmácias: “Então, se não fazem as farmácias e não fazem os laboratórios, porque não há lista disponível, onde é que se podem fazer estes testes?” E, as farmácias, diziam: “Nós não sabemos, não podemos dar essa resposta.” -----

-----Ainda bem que esta proposta do PSD serviu para que, de facto, os munícipes de Oeiras hoje, aqui, tenham tido conhecimento. Só pedia ao Senhor Vice-Presidente, que me esclarecesse a localização dos dois postos fixos, e onde é que as pessoas podem consultar realmente os... referiu aí um em Algés, não foi? Penso que referiu em Algés... não percebi.” ----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Paço de Arcos e Algés.”-----

-----**A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** continuou dizendo o seguinte:-----

-----“Muito bem. Em Paço de Arcos e Algés. Pronto. -----

-----E que, de facto, as pessoas possam ter conhecimento disto, porque isto é uma realidade, não é pânico, é uma exigência e perante a exigência nós temos que ter as respostas. ---

-----Muito obrigada.”-----

3.3.7. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, mas está sobejamente divulgado. Em tudo quanto é rede social aparece que existem estes postos de testagem: em Paço de Arcos e em Algés. -----

-----Bem... Se faz favor (dando a palavra ao Senhor O Vice-Presidente da C.M.O.), o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) também queria falar, não sei se quer esperar por ele? ----

-----É sobre este tema? (perguntando ao Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)) Então,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

faça favor.”-----

3.3.8. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, sim. Muito rapidamente. -----

----- Só para dizer o seguinte:-----

----- Face às explicações que foram dadas (que são sempre úteis, aliás, não esperaríamos outra coisa da Câmara que já nos habituou a tal), o PSD retira esta proposta, porque não faz sentido estar a votá-la, nesta lógica. -----

----- Era só isto que eu queria dizer. Muito obrigado.”-----

3.3.9. A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor Vice-Presidente, mesmo assim quer usar da palavra?” -----

3.3.10. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. esclareceu o seguinte: -----

----- “Quero só fazer uma coisa:-----

----- Isto foi lançado dia quinze. Dia quinze. Saiu na comunicação social nacional, sai na comunicação social local, está nas redes sociais do Concelho, está na página do Município.-----

----- Eu bem digo, Vereadora Carla Rocha, temos que conversar sobre as verbas da dotação da Comunicação da Câmara, porque, ao que parece, não é suficiente... Não, eu julgava que era do conhecimento, mas peço desculpa, se não era do conhecimento, isto... -----

----- Há mais algum Deputado que não soubesse? Se houver, eu... que diabo.”-----

----- **RETIRADA**-----

3.4. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Meus senhores, vamos continuar. -----

----- Hoje, todos sabemos, e podemos passar a palavra a quem precisar: além das farmácias, existem também esses postos.-----

----- Senhores Deputados, nós temos, aqui assim, a Eleição de Representantes da

Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Juventude... (mas posso continuar, ou querem intervir antes?... pronto), para a Comissão Municipal de Saúde e para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Por isso, foram preparadas três urnas, para fazermos uma chamada e, cada um, fará a votação nas três urnas. -----

-----Senhor Deputado António Perez Metelo (EO), se faz favor.” -----

-----O Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Em primeiro lugar, estando eu a tomar da...” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse o seguinte: -----

-----“Peço desculpa. Desculpe-me, há aqui um lapso da minha parte:-----

-----Isto faz parte, já, do Período da Ordem do Dia...” -----

-----O Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) referiu o seguinte: -----

-----“É isso.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte: -----

-----“Portanto, não sei se os Senhores Deputados pretendem usar da palavra sobre outro assunto. Era isso?...-----

-----Então, o Senhor Deputado... era a mesma coisa? Pronto. Então, obrigada. -----

-----Eu pergunto: alguém quer intervir no Período Antes da Ordem do Dia?” -----

3.5. O Senhor Deputado Rui Nascimento (PS) observou o seguinte: -----

-----“Pedi a palavra, para prestar um esclarecimento a esta Assembleia Municipal, esclarecimento que faço hoje, e que é válido enquanto liderar a Comissão Política Concelhia do Partido Socialista de Oeiras. -----

-----O Partido Socialista, como Partido democrático, é um partido com estatutos próprios e que garantem (esses estatutos) a articulação entre o Partido e a estrutura das Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos (MS-ID). Garante também as relações hierárquicas dentro do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

próprio Partido. Paralelamente, existe a Juventude Socialista, da qual eu fui militante também e Presidente da estrutura concelhia, a seu tempo, que tem estatutos próprios e que não estão integrados nos estatutos do PS, têm uma autonomia muito superior. -----

----- O PS tem, como disse, uma estrutura hierárquica criada.-----

----- Relativamente ao Concelho de Oeiras, de acordo com os estatutos do Partido Socialista, cabe ao PS, em Oeiras, definir as políticas para o Concelho. -----

----- Afirmo que: mantivemos, mantemos e continuaremos a manter, a discussão de projetos e ideias no campo político. São as políticas para o desenvolvimento do nosso Concelho que nos movem, na defesa do superior interesse dos oeirenses, sendo que as posições assumidas sê-lo-ão assumidas, por mim, ou através dos canais próprios do PS Oeiras, nos vários espaços oficiais que o Partido tem, e estão devidamente identificados (como é óbvio) como: PS Oeiras. --

----- Termino, como comecei. Este esclarecimento aplica-se a todo o tempo, enquanto for Presidente da Concelhia do PS Oeiras. -----

----- É tudo, Senhora Presidente.”-----

3.6. O Senhor Deputado João Santos (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar, felicitar a Senhora Presidente da Assembleia, pela sua eleição recente para o Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). Desejar um bom trabalho, neste órgão fundamental da defesa e das questões do Poder Local democrático. -----

----- E colocar três questões, dirigidas, sobretudo, ao Executivo, sobre algumas visitas que tivemos oportunidade de fazer, suscitadas por munícipes, que nos fizeram chegar algumas interrogações e algumas preocupações:-----

----- A primeira, que tem que ver com uma reunião com a Comissão de Trabalhadores que deu origem também a uma visita às instalações das Oficinas de Paço de Arcos. Tenho ideia que ficou acordada a sua transferência muito rápida, ainda durante este ano, face às condições muito

problemáticas daquele espaço. Portanto, saber se esse processo está realmente em curso, e se está prevista essa transferência, no prazo definido; -----

-----Por outro lado, uma visita que fizemos ao Vale de Terrugem, suscitada por um munícipe que apresentou uma proposta no Orçamento Participativo para a renaturalização daquele vale. Um vale que é bastante sensível, do ponto de vista do espaço aberto, da rede ecológica. Está definido, na estrutura ecológica urbana, como área vital. Sobre o qual existe, de acordo com o PDM, um compromisso urbanístico de dois mil e dois. Gostaríamos de saber, um pouco, como é que está esse processo que foi aceite em Orçamento Participativo, mas, de facto, ainda não teve implementação. Pronto, e o munícipe tinha essa questão também, que gostaria de colocar; ---- -----

-----E, uma terceira visita que fizemos, à zona de Queijas, à Urbanização Nascente, de Queijas, onde há... havia, um “skatepark” que esteve, enfim, em funcionamento, durante algum tempo, mas, entretanto, foi desativado e está expectante de uma nova afetação. Haveria indicação, já no mandato anterior (através de alguns e-mails trocados com munícipes que levantaram esta questão), que estava previsto um espaço de “fitness” (enfim, uma nova funcionalidade), mas dois mil e vinte e um está a acabar, o prazo que estava, mais ou menos, definido, está já a passar e, portanto, havia essa questão.-----

-----Também um pouco ligada à utilização do espaço desportivo da Escola Básica Cesário Verde (que está mesmo ao lado). Portanto, se está aberto, se não?... Porque, aparentemente, tem estado fechado, não sabemos se é por limitações decorrentes da pandemia, ou se haverá outra razão.-----

-----Eram estas três questões. -----

-----Muito obrigado.” -----

3.7. O Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente da Mesa, na pessoa de Sua Excelência, quero saudar... saudá-la



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a si, em primeiro lugar, e, através de si, todos os Deputados Municipais, no momento em que tomo a palavra, pela primeira vez, tenha essa honra (de tomar a palavra), fazendo parte desta Casa, que é a Casa da democracia dos oeirenses. -----

----- Se me permite, nós queríamos hoje abordar um tema, que é o tema do processo de elaboração orçamental. Para não confundir este ponto, de Antes da Ordem do Dia, com os pontos específicos, da apresentação e de questionamento técnico, que temos a seguir, na Ordem de Trabalhos. -----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras começa por registar, com agrado, a forma como foram elaboradas as Grandes Opções do Plano e o Orçamento da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, que se destaca das demais, por incorporar no seu texto de apresentação, os contributos de quatro partidos da oposição (a saber: a Iniciativa Liberal, o Partido Socialista, o Grupo Político Evoluir Oeiras e a CDU). Recebidos, nas reuniões realizadas pela Junta de Freguesia, no âmbito do exercício do direito de oposição. Ao fazê-lo, o Presidente da Junta, Inigo Pereira (U.F. Carnaxide e Queijas), confere um valor positivo às ideias de outras forças políticas e, bem assim, ao conhecimento que os fregueses delas devem ter. -----

----- É uma prática que enriquece o debate democrático, em busca das melhores soluções pelo bem comum. Pergunto-me, ainda assim, como se sentirá, agora, o Presidente Inigo Pereira (U.F. Carnaxide e Queijas)?... como se sentirão, os demais quatro Presidentes de Junta, aqui presentes?... ao constatarem que tudo o que propõem, nos seus documentos orçamentais, foi aprovado, depois de já terem sido votadas e aprovadas as Grandes Opções do Plano e o Orçamento da Câmara Municipal, no passado dia nove de dezembro...” -----

----- **O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Desculpe, Senhor Deputado. -----

----- Eu julgo que o Senhor Deputado, e muito bem, está a fazer uma intervenção que tem que ver com os pontos últimos da Ordem de Trabalhos... Não?” -----

-----O Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) respondeu o seguinte:-----

-----“Não.”-----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) continuou dizendo o seguinte:-----

-----“Desculpe-me, deixe-me só perguntar à Mesa:-----

-----Nós não estamos a tratar do Processo Eleitoral?-----

-----Então, peço desculpa. Sou eu que estou distraído.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

-----“Estamos ainda no Período Antes da Ordem do Dia (PAOD).”-----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte:-----

-----“Peço-lhe desculpa, Senhor Deputado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte:-----

-----“Mas, o Senhor, foi levado por um lapso meu... que falei no processo eleitoral, mas depois retifiquei. Estamos no Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----Muito obrigada.”-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte:-----

-----“Certo.-----

-----Peço desculpa, Senhor Deputado.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----O Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) continuou a sua intervenção, dizendo o seguinte:-----

-----“Eu vou repetir a última frase, visto que fui intempestivamente interrompido:-----

-----Pergunto-me, ainda assim, como se sentirá o Presidente Inigo Pereira (U.F. Carnaxide e Queijas)?... como se sentirão, os demais quatro Presidentes de Junta, aqui presentes?... ao constatarem que tudo o que propõem, nos seus documentos orçamentais, foi aprovado, depois de já terem sido votadas e aprovadas as Grandes Opções do Plano e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Orçamento da Câmara, no passado dia nove de dezembro. Isto é, depois de estar já fechado o documento que a Assembleia Municipal é chamada a apreciar e a votar, na próxima quinta-feira.

----- No nosso caso, para uma reunião com o Senhor Vice-Presidente da Câmara, para o tal “exercício do direito de oposição”, no dia dezasseis de dezembro último, uma semana depois da tal reunião que, liderada pelo próprio, tinha votado as Grandes Opções do Plano e o Orçamento.-----

----- Chamámos, então, a sua atenção para a desarticulação do processo de elaboração orçamental, face aos possíveis contributos, vindos das Freguesias e dos partidos da oposição, e para o facto de os quatro partidos que aqui têm os seus representantes na Assembleia, mas não elegeram vereadores, estarem a tomar conhecimento, tardiamente, de diplomas tão importantes, a escassos dias das suas votações.-----

----- Finalmente, propusemos-lhe a formação de um grupo de trabalho, por si dirigido, para estabelecer (com todas as forças políticas concelhias interessadas) um calendário do processo de elaboração orçamental, nos meses finais de dois mil e vinte e dois, coerente, e devidamente articulado, entre Freguesias e Câmara, e entre a maioria e a oposição.-----

----- O Senhor Vice-Presidente foi muito claro, nas suas respostas: recusou participar em tal grupo de trabalho, por falta de tempo, nós que o fizéssemos (querendo...) no âmbito da Assembleia Municipal. Afirmou que o Orçamento e as GOP dão um imenso trabalho a todos os serviços da Câmara, bem como aos Vereadores com pelouro, que têm de conciliar propostas de ação e de respetiva despesa sempre em excesso.-----

----- Quanto ao mais, a Vereadora Carla Castelo que aceitasse o desafio... (que ele próprio lhe fez) o desafio de aceitar o Pelouro da Habitação, para, então sim, por dentro, com os demais Vereadores com pelouro, poder discutir os documentos em apreço.-----

----- E, quanto às Freguesias, propôs à Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), presente nessa reunião, o seguinte cenário: “Imagine, se a senhora tinha ganho as eleições na

UFOPAC (União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias). Teria eu de aceitar as medidas do seu programa para essa Freguesia, no Orçamento Camarário? Não queria mais nada?” – foi a expressão usada. -----

-----Senhora Presidente, Senhores Deputados, antecipo já a resposta a esta minha exposição: “O que se está a fazer em Oeiras, é inteiramente legal. Sempre assim se fez e, assim se faz, por esse País fora.”-----

-----Tudo isso é certo e verdadeiro, mas tudo isso tem um significado político muito preciso: ---- -----

-----Quem defende o poder com uma maioria absoluta: ou se abre, às claras, às contribuições críticas, em tempo útil, ponderando propostas diferentes (mesmo que as da oposição não venham a ser acolhidas); ou prefere fechar-se na sua “fortaleza de certezas absolutas”, recebendo os partidos da oposição “pela calada”, em reuniões informais, acolhendo uma ou outra sugestão, para “fazer de conta”.-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, eu peço-lhe que termine, porque o seu tempo de intervenção já ultrapassou...”-----

-----O **Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** continuou dizendo o seguinte:----

-----“Estou a acabar. Sim, estou a acabar.”-----

-----Todos os passos dados pela Câmara, neste processo de elaboração orçamental, no âmbito do “exercício do direito de oposição” foram e são uma formalidade vazia de resultado útil para os oeirenses. São um desperdício de tempo e dinheiro. No próximo ano, podemos todos fazer melhor, basta que o líder do IN-OV de Carnaxide e Queijas convença o líder do IN-OV concelhio a adotar a forma como se incluem “todos” numa tarefa comum. -----

-----Pelo bem comum, é preciso “Evoluir Oeiras” também na elaboração das suas Grandes Opções do Plano e do seu Orçamento.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3.8. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhores Deputados, eu peço-vos que tenham contenção nas vossas intervenções.----

----- O Senhor Deputado ultrapassou, em um minuto e quarenta segundos, o seu tempo de intervenção, se todos fizermos o mesmo, temos uma diferença substancial.”-----

----- O Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, eu queria pedir desculpa, por o ter feito.-----

----- Eu cronometrei mal o meu texto. Tentarei não repetir.-----

----- Muito obrigado.”-----

3.9. O Senhor Deputado Rui Nascimento (PS) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Apresentado em julho de dois mil e dezanove, pela então Ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, o Projeto “Ocean Campus” nasce como um espaço de inovação e empreendedorismo, que junta na área de jurisdição do Porto de Lisboa.-----

----- Este é um projeto de atividades ligadas à economia azul e ao mar, assente nos pilares do Conhecimento, Economia, Investigação e Vida. Um espaço aberto a todos os cidadãos, que privilegiará soluções ambientalmente sustentáveis e de mobilidade suave.-----

----- O Plano Estratégico do “Ocean Campus” pretende posicionar o Porto de Lisboa como potenciador do crescimento azul em Portugal. Implantando, aqui, um verdadeiro “cluster” da economia azul, através da criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento de sinergias e infraestruturas partilhadas.-----

----- É um projeto âncora para a requalificação deste território, num ecossistema de excelência em Investigação e Desenvolvimento, juntando: investigadores, empreendedores, empresas de referência, académicos e profissionais; criando um Campus de Investigação, Desenvolvimento e Inovação de atividades ligadas ao mar, um “cluster” (como disse) de desenvolvimento, num ecossistema internacional, para o “conhecimento do mar”.-----

-----Este projeto tem como objetivos: -----

-----A criação de um Campus de Investigação, Desenvolvimento e Inovação internacional de atividades ligadas ao mar, recuperando um espaço de forte memória portuária, criando condições logísticas para o desenvolvimento da economia nacional, potenciando a economia azul;-----

-----A agregação, sob a temática do mar dos seguintes itens: organismos, serviços e instituições públicas; polos universitários, centros de investigação, laboratórios e alojamentos temporários para investigadores; unidades âncora, para desenvolvimento de novos modelos de relacionamento, e zonas embrião de “startups”; espaços multifuncionais com salas de reuniões, auditório e zona de exposições; espaços para o lazer e fruição pública, restauração e marinas para a náutica de recreio, incluindo postos de atracação de navios de investigação e acesso do ROV (“Remotely Operated Vehicle”, ou, em português, “Veículo Subaquático, Controlado Remotamente”) ao mar;-----

-----A aposta na reabilitação da Doca de Pedrouços e dos armazéns da Docapesca, com uma intervenção com uma abrangência de mais de sessenta hectares, no limiar das malhas urbanas de Lisboa e Oeiras, e na linha de água da foz do Tejo, para além de toda a requalificação desta zona (que já, anteriormente, mencionei);-----

-----A criação de uma rede de excelência de unidades de investigação, ensino e desenvolvimento tecnológico, gerando inovação e investigação qualificada, potenciando o conhecimento e a economia azul. -----

-----Indiscutíveis são as valências que o “Ocean Campus” apresenta.-----

-----Ao nível da Investigação, Desenvolvimento e Inovação, e da economia nacional, com o novo centro e o espaço intelectual por excelência, onde as comunidades científicas, empresariais e educacionais podem interagir e estabelecer plataformas colaborativas, promovendo-se o aparecimento de empresas focadas em negócios sustentáveis, com a criação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

conhecimento, riqueza e emprego, aproveitando a elevada diversidade e potencial dos ativos que se concentram nesta área ribeirinha, conjugados com a natural ligação ao rio Tejo. -----

----- Ao nível do território e da qualidade de vida, com a criação desta nova centralidade de qualidade na ligação do território ao rio, que servirá como catalisador para a regeneração urbana de toda a zona, visando o desenvolvimento de espaços multifuncionais, dinâmicos e ambientalmente sustentáveis que se constituirão como pontos marcantes de Lisboa e de Oeiras e referências nacionais e internacionais. -----

----- Já ao nível da mobilidade, com a melhoria das acessibilidades, privilegiando a mobilidade suave, com a criação de espaços cicláveis e pedonais, trazendo nova vida a espaços marcadamente portuários que, assim, se distinguem como agentes de mudança que apostam numa operação de renovação das frentes de água com carácter duradouro, sustentável e inovador, promovendo construtivamente a relação “cidade-porto”. -----

----- Ou, a nível da náutica de recreio, com o lançamento da concessão da Marina de Pedrouços e da futura Marina do Jamor, que se irá suprimir a carência de lugares de atracação das embarcações ligadas à náutica de recreio no rio Tejo, aumentando-se a oferta atual e criando-se uma oferta de espaços de qualidade que permitirá igualmente atrair para Portugal segmentos de mercado mais exigentes. -----

----- Esta nova centralidade... (e, termino já, Senhora Presidente) foi notícia recentemente com a assinatura de contratos de concessão entre a Administração do Porto de Lisboa e a Fundação Calouste Gulbenkian, e entre a Administração do Porto de Lisboa e a Fundação Champalimaud. Estas duas concessões são mais um passo para a concretização do projeto “Ocean Campus”, projeto estruturante para a requalificação da zona ribeirinha de Algés. -----

----- Já há muito que o PS defende a requalificação de toda esta área. Agora, com o Governo do PS, e em colaboração com a Área Metropolitana de Lisboa, o “Ocean Campus” continua a avançar, e estamos hoje mais perto de concretizar a requalificação deste espaço de

excelência, um espaço de referência internacional nos domínios das ciências marítimas e na economia azul, recuperando também a ligação da terra com o mar e devolvendo este espaço aos cidadãos, com uma clara melhoria das acessibilidades, privilegiando a mobilidade suave, com a criação de espaços cicláveis e pedonais. -----

-----Para terminar, o PS Oeiras reconhece a importância desta requalificação para a coesão territorial de que Oeiras também faz parte. O território deve ser visto como no seu todo e na ligação aos seus vizinhos. Com este projeto demonstra-se que é possível fazer mais. -----

-----Obrigado.”-----

3.10. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) observou o seguinte: -----

-----“Verificámos, enquanto Chega, um “milagre”, quase natalício, com a resolução da Assembleia da República número trezentos e vinte e nove barra onze, publicada em Diário da República ontem (friso: ontem) sob o número duzentos e quarenta e quatro, barra, dois mil e vinte e um. Em conformidade com o decreto-lei cento e quarenta e dois, de dois mil e oito, de vinte e quatro de julho, estabelece o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e também da Biodiversidade, para garantir a preservação e valorização do património ecológico, geomorfológico, estético, paisagístico, histórico e cultural; como, ainda, o seu pleno usufruto pela população pela população, a Serra de Carnaxide, finalmente, chegou à Assembleia da República. Trata-se ainda de uma simples Recomendação da Assembleia da República ao Governo, juntando-se, o Partido Chega, a todos aqueles que pretendem proteger, a todo o custo, a Serra de Carnaxide (tal como o Executivo de Oeiras, que muito respeitamos, e que já deu ênfase, quanto à proteção da mesma). -----

-----Enquanto Chega, solicitámos formalmente, em sede própria, a máxima celeridade, a todas as entidades envolvidas, para a proteção da Serra. Reforçada pela aludida Recomendação, por parte da Assembleia da República, ontem, todavia, publicitada, face à proteção e sua salvaguarda. Uma vez suscetível a construção – na Serra de Carnaxide (na jurisdição de Oeiras)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

– de um hotel com quatrocentas camas, em projeto, imputável... (reiteramos, enquanto Chega) imputável à esfera particular, como assim foi solicitado à Câmara Municipal de Oeiras em dois mil e dezoito, por um particular, detentor de um terreno na Serra. -----

----- Dispomos de todos os documentos, pondo em causa a sobrevivência das espécies animais da zona florestal (pulmão do Concelho de Oeiras) e suas consequências para o domínio público. Frisamos que a causa não é imputável à Câmara Municipal de Oeiras, mas, tão só, à especulação imobiliária e outras, de foro privado, que tentam, a todo o custo, construir – enquanto Chega, digo: “destruir” – a Serra, tendo presente um terreno de foro particular, e não camarário, mas que, todavia, se encontra na jurisdição de Oeiras, à venda por doze milhões de euros (que, curiosamente, para nós, até seria por oito milhões). -----

----- Certo (enquanto Chega) de que a Câmara Municipal de Oeiras, juntamente com esta Assembleia, honrará os seus bons ofícios, indeferindo qualquer construção na Serra, até plena eficácia, no que concerne à Recomendação da Assembleia da República ao Governo. -----

----- Contudo, esperamos (enquanto Chega) que, todos juntos, da direita à esquerda, e com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras, consigamos, com eficácia, efetivar o “milagre de Natal da Serra de Carnaxide” quanto à sua real proteção.” -----

3.11. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) disse o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Eu tenho só uma questão, muito, muito rápida, que é relativa ao parque infantil de Valejas, que é único, naquela localidade, e que continua fechado a cadeado, sem se perceber porquê. Isto dura há meses, sem se estar a verificar que esteja a ser feito qualquer tipo de intervenção. E, portanto, gostaríamos de saber o que é que se passa, e se há alguma previsão para esse parque abrir recentemente. -----

----- Muito obrigada.” -----

3.12. A Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV) referiu o seguinte:-----

-----“Aquilo que eu queria dizer era só uma coisa muito pequenina, mas que é essencial:-
-----Hoje demos mais um passo na igualdade de todos, aqui no Município de Oeiras.
Estamos a ter a transmissão desta Sessão já em língua gestual (portuguesa). -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. (aplausos generalizados)”-----

3.13. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Senhora Presidente, se Vossa Excelência assim mo permite. Fico-lhe grato. -----

-----Senhores Deputados, vou começar pela Senhora Deputada Mariana Leitão (IL): -----

-----Tenho de ver o que é que se passa, não tenho, naturalmente, informação na minha
posse, neste momento. -----

-----Sobre a Serra de Carnaxide: -----

-----Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH), quantas árvores plantou na Serra
de Carnaxide? Nenhuma.”-----

-----**O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) interveio, mas dado que o
fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** continuou dizendo o seguinte:-----

-----“Então, só se andou lá com o Doutor Isaltino e com o Professor Cavaco Silva, em
mil novecentos e noventa e um, a plantar os pinheiros. -----

-----Eu estou a dizer-lhe isto, porque há dois temas que, a mim, me são muito carinhosos,
que são: a Serra de Carnaxide e a Casa Igrejas Caeiro. -----

-----Porquê? Porque conheço muita gente... ou havia... há sempre, Deputados
Municipais que: falam da Serra de Carnaxide, pouco lá vão; falam da Casa Igrejas Caeiro e,
quando, todos os anos, eu vou à romagem ao seu túmulo, não vejo lá nenhum. No entanto, todos
batem no peito. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Ora bem, na Serra de Carnaxide, o que lá está plantado, verdadeiramente, nas últimas décadas, foi plantado por este Presidente de Câmara. Foi preservada por este Presidente de Câmara. Se há algum problema na Serra de Carnaxide, é nos concelhos vizinhos, não é aqui. Não é esta Assembleia Municipal, o espaço correto para isso, é nos concelhos vizinhos. Vão lá bater à porta e perguntem: onde é que está a zona verde da Serra de Carnaxide... na Amadora, ou em Sintra? Não é aqui. Portanto, é sempre ao lado. -----

----- Não obstante, o Município de Oeiras, ou este Executivo, procurará preservar a Serra de Carnaxide, como o faz, desde a década de noventa. Muito antes de haver alguma Recomendação, sobre isto, da Assembleia da República, ou do Governo da República. Ou, até, recordando quando o Governo da República alterava o PDM da Amadora, para permitir a construção que lá foi feita. É de mil novecentos e noventa e oito. Portanto, podem consultar, os documentos são oficiais. A porta é ao lado. Vão lá bater, na porta ao lado. Lá, certamente, encontrarão explicações. -----

----- Sobre o “Ocean Campus”:------

----- Senhor Deputado, eu tenho muita simpatia por Vossa Excelência e gostava muito de responder a questões sobre o “Ocean Campus”, mas não conheço. Não conhecemos. -----

----- O “Ocean Campus”, que devia ser uma iniciativa fantástica, conheço... conheci, quando acompanhei o Senhor Presidente na assinatura do protocolo, em dois mil e dezanove. Desde então, aguardamos, com toda a serenidade que Sua Excelência, o Ministro das Infraestruturas, se digne a cumprir a lei. -----

----- Nós podemos recordar que, desde a publicação da lei, que determina a entrega dos territórios ribeirinhos... Já agora permitam-me, mais esta, para o Município de Oeiras. Essa parte do pacote descentralizador foi proposta do Executivo Municipal de Oeiras, na cimeira dos autarcas das Áreas Metropolitanas, que também viesse à posse do Município. Porque, assim como os edifícios não utilizados pelo Estado Central deveriam vir à posse do Município, ou à

posse Municipal, também os “territórios ribeirinhos não portuários...” E, agora, permitam-me que vos diga: não há atividade portuária, exceto naquela torre VTS (Centro de Controlo e Tráfego Marítimo de Lisboa), em Oeiras.-----

-----Atividade portuária, vulgo, “transporte de mercadorias ou passageiros”, não há aqui nenhuma instalação referente a essa área. O que acontece é que há uma entidade obscura chamada “APL” (Administração do Porto de Lisboa). A APL, é um “monstro”, é um “monstro”. É um “monstro opaco”. Mas, é curioso: como é que se desenvolve o projeto do “Ocean Campus”, numa altura em que a APL não tem liderança, não tem Presidente. Nem sequer tem Presidente, a APL. Não tem, há uns meses. Mas a APL é um “monstro” que acha que os territórios ribeirinhos são deles, fazem o que querem, e não prestam contas a ninguém.-----

-----Suponho eu, que nem sequer à tutela prestem contas, se bem que a tutela também devia reunir o grupo de trabalho... ou fazer sair o despacho para criar o grupo de trabalho para entrega dos territórios ribeirinhos aos municípios.-----

-----E, nós, continuamos à espera que o grupo de trabalho seja criado. Apesar de insistirmos, várias vezes, com Sua Excelência o Ministro das Infraestruturas... deste dizer que o vai criar, mas nunca o cria... nunca o cria. Ao que parece, é inamovível, nesta área. Diz que sim, é muito simpático, mas nada acontece. Nós temos alguma experiência nestas matérias, sinceramente, e, por isso, não nos cansamos de elogiar o comportamento do Senhor Primeiro-Ministro.---

-----O Senhor Primeiro-Ministro é um desbloqueador destas matérias. O Município de Oeiras deve muito a este Primeiro-Ministro... (sou insuspeito, sobre isso) porque foi o Senhor Primeiro-Ministro que desbloqueou a Quinta de Cima do Marquês de Pombal, e veio à gestão do Município; foi o Senhor Primeiro-Ministro que resolveu o Mosteiro da Cartuxa; e, ao que parece, só o Senhor Primeiro-Ministro pode resolver a inamovibilidade do Senhor Ministro das Infraestruturas, que não cria o grupo de trabalho para entregar o território ribeirinho a Oeiras.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Talvez porque há uma “entidade obscura”, uma empresa “majestática”, a Administração do Porto de Lisboa, que acha que tudo pode... E, até, numa reunião, já disse ao Município de Oeiras que é uma área de interesse portuário. -----

----- Eu, como não posso fazer mais do que ler a lei, fui procurar, na lei, onde é que diz a expressão “interesse portuário”, na lei da descentralização. Li, de uma ponta à outra, e não encontrei “interesse portuário”, portanto, os argumentos utilizados não existem na lei. -----

----- O “Ocean Campus” enquadra-se nesta perspetiva. O Município de Oeiras não conhece desenvolvimento nenhum do “Ocean Campus”. Assinámos o protocolo e depois, provavelmente, por indicação da tutela, é desenvolvido o projeto, sem que os municípios que gerem o território (nos termos da lei) tenham conhecimento disso. -----

----- Aliás, não é virgem: ainda há pouco tempo, o Município de Oeiras embargou ali uma obra, no Terraplano de Algés, que a APL... Por acaso, é engraçado, porque eu ouço tanta gente falar de “Ambiente” ... -----

----- Tanta gente que fala de questões urbanísticas, que vem defender o “Ambiente” e salvar-nos do “reino das trevas” em que nós vivemos... e não repararam que, ali, ao pé do Ministério do Mar... (que, até serve de posto de trabalho, para algumas pessoas que frequentam esta casa) nasceu um edifício... uma parede, que foi embargada pelo Município. Porque, a APL, entendia que podia mudar uma utilização acordada com o Município... isto é o rio (simulando com as mãos) nós queríamos que o edifício nascesse assim, para não nos inviabilizar a utilização do espaço, e não ciar uma parede. Porquê? Porque em sede de PDM, em Oeiras, aquele terreno... (para quem não conhece o Terraplano de Algés) é um terreno que deve estar liberto de outras atividades, que não a investigação científica, a fruição pública, a atividade portuária, a atividade turística... bom, é para fruição, por assim dizer, mas foi decidido, pela APL, fazer lá uma parede, mas nunca vi ninguém denunciar isto. Os arautos do Ambiente, ali, junto ao posto de trabalho, não viram a parede a nascer. Não se percebe, porquê. Não veem certas coisas, mas,

pronto, isto é o tipo de atentado que a APL é capaz de fazer. Acordam uma coisa que o Município de Oeiras, mudam o mesmo, e acham que não precisam de falar com os municípios.--

-----O mesmo se passa se passa com o “Ocean Campus”. Sinceramente, eu estou a ser irónico, mas o que eu entendo da APL é que é um resquício do Estado Novo, a forma como aquilo é gerido.-----

-----As autoridades portuárias, no mundo inteiro, gerem parte dos territórios ribeirinhos, mas fazem-no em articulação com os municípios, não assim. Não assim, no “quero, posso e mando”. A APL quer fazer o “quero, posso e mando”.-----

-----Portanto, convido-vos a visitarem a parede que nasceu ali junto ao rio e perguntarem: “Porquê, porquê?” Perguntem-se porque é que aquilo nasceu assim?... se havia um acordo anterior com o Município. Se conseguirem encontrar respostas, fico satisfeito.-----

-----Sobre o “Ocean Campus”, gostávamos muito que toda a frente ribeirinha, efetivamente, de Belém até à foz do Jamor, fosse objeto de articulação intermunicipal, e até com a APL. Atenção, com a APL, estando esta imbuída de espírito democrático... não esta APL. Com outra APL, que fale com as autoridades.-----

-----E entendemos que, no quadro desta relação... e com o Governo, porque este projeto nasce por iniciativa governamental, podia ser um grande projeto. Assim, não se entende. Depois, a APL... vai, para aquela zona, o IGC, como podia ir: uma discoteca, um restaurante, um hotel... o que quer que fosse. A APL tem uma ideia de rentabilização de espaço, como se fosse um gestor do condomínio... é uma gestão condominial, ou como eles chamam: “gestão dominial”, do “domínio da frente ribeirinha”. Deixa de ser uma autoridade portuária e querem gerir território, como se fossem um Município. É a designada “Câmara do Meio”, como os autarcas da Área Metropolitana de Lisboa chamam à APL.-----

-----É lamentável que, o que podia ser um grande projeto, se esteja a perder no autoritarismo da APL.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Senhor Deputado João Santos (CDU), boa tarde, mais uma vez.-----

----- Quanto às oficinas de Paço de Arcos, as instalações para os trabalhadores estão a ser concluídas em Vila Fria, estão em fase de conclusão... (ou estão concluídas, ou em fase de conclusão) se tudo correr bem, no primeiro trimestre de dois mil e vinte e dois, já serão objeto de transferência daquele local.-----

----- Sobre a Terrugem, também não tenho dados para lhe responder.-----

----- A questão de Queijas, do “skatepark”:-----

----- Foi desativado. Nós vamos criar um outro “skatepark”. Recordando a célebre nossa amiga Clotilde Moreira: “isto é um equipamento que faz muita falta a jovens do Concelho.” O Município de Oeiras, está a trabalhar na construção de um “skatepark” com outra dimensão, na zona oriental do Concelho, exatamente, na zona de Algés... (Algés, Miraflores) e, em Queijas, deverá ser construído um outro equipamento para jovens, também, que ainda não está definido.--

----- Sobre o parque infantil de Valejas:-----

----- Está encerrado, por não estar certificado pela ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica), no entanto, estão reunidas as condições de segurança. Vai ser colocado um comunicado, no local, a informar que: “O parque vai ser deslocado para outro local, também em Valejas, junto com o espaço “fitness” sénior.” É isso. Pronto, vai ser deslocalizado.-----

----- Sobre a elaboração do Orçamento:-----

----- O Município de Oeiras elabora o Orçamento, nos termos da lei. Naturalmente, nos termos da lei, é competência da Câmara Municipal, e não estamos disponíveis para populismos. -

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

3.14. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente.-----

----- Bem, chegámos ao fim deste nosso Período Antes da Ordem do Dia.”-----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE (os documentos relativos a esta eleição ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião) -----

4.2. ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS PARA A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO DE OEIRAS (CPCJ) (os documentos relativos a esta eleição ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)-----

4.3. ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO MUNICIPAL DE SAÚDE (os documentos relativos a esta eleição ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. fez a seguinte intervenção: -----

-----“Então, agora sim, vamos passar à votação, à eleição dos representantes da Assembleia Municipal de Oeiras para integrar o Conselho Municipal de Juventude, a Comissão Municipal de Saúde e a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ). -----

-----A metodologia é: -----

-----Três boletins... estão três urnas, portanto, colocar... conforme a cor que está fora, assim colocam o vosso boletim. E o voto: “Sim”, “Não”. -----

-----As listas estão entregues. Não sei se querem que vos leia? -----

-----Então, vou ler:-----

-----“Para o Conselho Municipal de Juventude:-----

-----Pelo IN-OV, está a Senhora Deputada Diana Gonçalves (IN-OV) e, como suplente, o Senhor Deputado António Lopes Costa (IN-OV); -----

-----Pelo Partido Socialista, a Senhora Deputada Sílvia Andrez (PS), e o Senhor Deputado Jorge Rato (PS); -----

-----Pelo PSD, o Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD), e a Senhora Deputada Sónia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Gonçalves (PSD);-----
----- Pelo Evoluir Oeiras, o Senhor Deputado David Ferreira (EO), e o Senhor Deputado Tomás Pereira (EO);-----
----- Pela CDU, a Senhora Deputada Ágata Branco (CDU), e o Senhor Deputado João Santos (CDU);-----
----- Pela Iniciativa Liberal, a Senhora Deputada Mariana Leitão (IL);-----
----- Pelo Chega, Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH);-----
----- E pelo PAN, Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN).”-----
----- “Para a Comissão Municipal de Saúde, está:-----
----- Pelo IN-OV, o Senhor Deputado Diogo Oliveira (IN-OV), e o Senhor Deputado José Montezo (IN-OV);-----
----- Pelo Partido Socialista, a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), e o Senhor Deputado Rui Nascimento (PS);-----
----- Pelo PSD, a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), e o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD);-----
----- Pelo Evoluir Oeiras, a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), e o Senhor Deputado Tomás Pereira (EO);-----
----- Pela CDU, a Senhora Deputada Teresa Carvalho (CDU), e o Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU);-----
----- Pela Iniciativa Liberal, a Senhora Deputada Mariana Leitão (IL);-----
----- Pelo Chega, o Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH);-----
----- E pelo PAN, a Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN).”-----
----- “Para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, os três candidatos serão indicados pelo IN-OV:-----
----- O Senhor Deputado José Montezo (IN-OV), a Senhora Deputada Marlene Rodrigues

(IN-OV) e o Senhor Deputado André Rica (IN-OV).”-----

-----Portanto, vamos proceder a esta Eleição. -----

-----Eu ia pedir, aos Senhores Deputados: dois que se disponibilizassem ajudar aqui, junto às urnas.”-----

4.1.1. VOTAÇÃO-----

-----Procedeu-se à chamada para efeitos de votação, por sufrágio secreto, dos Representantes da Assembleia Municipal de Oeiras para integrar o Conselho Municipal de Juventude de Oeiras, tendo votado trinta e dois Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia e tendo o resultado sido o seguinte: trinta e quatro votos a favor, dois nulos e um branco.-----

-----Esta deliberação dá-se por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 135/2021** -----

ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE OEIRAS -- -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da seguinte lista apresentada pelos diversos Grupos Políticos Municipais: -----

-----Isaltino Inovar Oeiras - IN-OV: -----

-----Diana Gonçalves – efetiva;-----

-----António Lopes da Costa – suplente. -----

-----Partido Socialista - PS: -----

-----Sílvia Andrez – efetiva;-----

-----Jorge Rato – suplente.-----

-----Partido Social Democrata - PSD: -----

-----Miguel Bugalho – efetivo; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Sónia Gonçalves – suplente. -----
----- Evoluir Oeiras - EO:-----
----- David Ferreira – efetivo;-----
----- Tomás Pereira – suplente. -----
----- Coligação Democrática Unitária - CDU:-----
----- Ágata dos Reis Branco – efetiva;-----
----- João Rafael Santos - suplente; -----
----- Iniciativa Liberal - IL:-----
----- Mariana Leitão; -----
----- Chega - CH: -----
----- Francisco O'Neill Marques;-----
----- Pessoas-Animais-Natureza - PAN:-----
----- Sílvia Marques.-----

----- A mesma foi aprovada, em sufrágio secreto, por maioria, com trinta e quatro votos a favor, dois nulos e um branco, tendo estes Membros ficado a fazer parte como Representantes da Assembleia Municipal, no Conselho Municipal de Juventude. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.2.1. VOTAÇÃO -----

----- Procedeu-se à chamada para efeitos de votação, por sufrágio secreto, dos Representantes da Assembleia Municipal de Oeiras para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras, tendo votado trinta e dois Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia e tendo a respetiva Lista obtido o seguinte resultado: vinte e nove votos a favor, um voto contra e sete votos brancos. -----

----- Esta deliberação dá-se por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 136/2021** -----

-----**ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
OEIRAS PARA A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE
OEIRAS**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da lista apresentada pelo
Grupos Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras para eleição dos representantes deste Órgão na
Modalidade Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras, designadamente:

-----José Maria Godinho Montezo;-----

-----Marlene Rodrigues; -----

-----André Rica. -----

-----Tendo a respetiva lista obtido, em escrutínio secreto, o seguinte resultado: -----

-----Vinte e nove votos a favor;-----

-----Um voto contra;-----

-----Sete votos brancos. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da
ata.” -----

4.3.1. VOTAÇÃO-----

-----Procedeu-se à chamada para efeitos de votação, por sufrágio secreto, dos
Representantes da Assembleia Municipal de Oeiras para integrarem a Comissão Municipal de
Saúde, tendo votado trinta e dois Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de
Freguesia e tendo o resultado sido o seguinte: trinta e dois votos a favor, um contra, dois brancos
e dois nulos.-----

-----Esta deliberação dá-se por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 137/2021** -----

-----**ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

OEIRAS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO MUNICIPAL DE SAÚDE-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da seguinte lista apresentada pelos diversos Grupos Políticos Municipais: -----

----- Isaltino Inovar Oeiras - IN-OV: -----

----- Diogo Oliveira – efetivo; -----

----- José Montezo – suplente. -----

----- Partido Socialista - PS:-----

----- Alexandra Tavares de Moura – efetiva; -----

----- Rui Pedro Nascimento – suplente. -----

----- Partido Social Democrata - PSD:-----

----- Sónia Gonçalves – efetivo; -----

----- Jorge Pracana – suplente. -----

----- Evoluir Oeiras - EO:-----

----- Mónica Albuquerque – efetivo;-----

----- Tomás Pereira – suplente. -----

----- Coligação Democrática Unitária - CDU:-----

----- Teresa Carvalho – efetiva;-----

----- Carlos Coutinho – suplente;-----

----- Iniciativa Liberal - IL:-----

----- Mariana Leitão; -----

----- Chega - CH: -----

----- Francisco O'Neill Marques;-----

----- Pessoas-Animais-Natureza - PAN:-----

----- Sílvia Marques.-----

----- A mesma foi aprovada, em sufrágio secreto, por maioria, com trinta e dois votos a

favor, um contra, dois brancos e dois nulos, tendo estes Membros ficado a fazer parte como Representantes da Assembleia Municipal, na Comissão Municipal de Saúde.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 986/2021 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Imposto Municipal sobre Imóveis respeitante ao ano de 2021 a liquidar em 2022 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)---

-----O Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) perguntou o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Em primeiro lugar, queria pedir, se possível, ou propor, que as três Propostas (do IMI, do IRS e da Derrama), pudessem ser apreciadas em conjunto, como tem sido normal nos outros anos.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte:-----

-----“Sim senhor... claro.-----

-----Pode, faça favor.”-----

-----O Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) retomou a sua intervenção, dizendo o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Em relação ao IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), há vários aspetos a relevar, nomeadamente a redução da taxa aplicável a prédios urbanos, a qual – apesar de nos últimos anos ter mantido um valor reduzido de zero vírgula trinte e dois por cento – apresenta agora o valor mínimo de zero vírgula trinta por cento, o que virá a refletir-se num crescente benefício para os cidadãos. E aqui há outra componente a realçar, no que respeita ao chamado “IMI familiar”, com redução de taxas em habitações próprias e permanentes, com atenção aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

respetivos agregados familiares, consoante os números de dependentes existentes, em deduções que vão de vinte a setenta euros por agregado. -----

----- Por outro lado, há a intenção e concretização de onerar os prédios urbanos degradados e devolutos ou em ruína, por razões óbvias de segurança ou por outros motivos menos dignos do sector imobiliário.-----

----- Os restantes aspetos a ter em conta centram-se na atenção dada aos prédios arrendados - com redução de taxa, aplicando-se tetos que vão desde os quatrocentos até aos mil e duzentos euros, em conformidade com a sua tipologia – bem como as reduções das taxas referentes aos prédios com classificação de interesse público, e àqueles que tenham introduzido a eficiência energética. -----

----- Por último, de referir os apoios à reabilitação urbana, como incentivo à recuperação de imóveis do Concelho. -----

----- Quanto ao IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares), e da análise apresentada na respetiva Proposta, verifica-se que a receita proveniente da participação variável, em relação a este imposto em Oeiras, tem vindo a apresentar algum crescimento. Por outro lado, relativamente à participação variável no IRS, a respetiva taxa tem vindo a diminuir nos últimos anos, dos cinco para os atuais quatro vírgula sete por cento, bem como não tem havido uma afetação significativa nas receitas municipais.-----

----- Em termos de impacto junto dos cidadãos, ao ser determinada a taxa de quatro vírgula sete por cento, parte-se para uma devolução de zero vírgula três por cento em benefício dos contribuintes, de um modo transversal. No entanto, não deixa de ser significativo junto das famílias da chamada classe média, bem como dos mais desfavorecidos, setores estes da sociedade com menores recursos e, portanto, daí a presente Proposta e a respetiva quantificação.

----- Por fim, a Proposta da Derrama incorpora isenção, isenção esta que se mantém em relação aos últimos anos, dando seguimento à política fiscal implementada. Assim sendo, é de

saudar a manutenção da referida isenção da Derrama, para empresas cujo volume de negócios seja inferior a cento e cinquenta mil euros, num claro apoio ao núcleo de micro e pequenas empresas.-----

-----Obrigado.”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente,-----

-----Eu sei que estamos a discutir estes pontos em conjunto, mas eu pedia que a votação fosse em separado, antes de mais, porque temos alguns sentidos de voto diferentes aqui.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. esclareceu o seguinte:-----

-----“Sim, a votação é em separado.”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) retomou a sua intervenção, dizendo o seguinte:-----

-----“Muito obrigado.-----

-----Eu vou focar a minha intervenção na Proposta do IRS e na da Derrama, começando pela do IRS.-----

-----O que temos em discussão é a participação do Município de Oeiras na taxa do IRS, que pode ir dos zero aos cinco por cento. A Proposta que o Município aqui nos traz é de quatro vírgula sete por cento de participação e uma devolução, portanto, de zero vírgula três por cento. Os Deputados Municipais do Grupo Político Evoluir Oeiras consideram a progressividade nos impostos como o princípio basilar para uma taxação justa. Portanto, aquilo que nós aqui temos é uma devolução de zero ponto três por cento (é uma pequena devolução), mas a devolução de um imposto que é por natureza progressivo, configura-se, por definição, como uma medida fiscal regressiva. Para mais, como podemos ver na própria Proposta, isto é um caminho que foi começado há poucos anos pelo Município de Oeiras, de iniciar, lentamente e progressivamente também, a devolução de um pequeno percentual do IRS aos munícipes. Nós não concordamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

com este caminho, sabemos que a percentagem é pequena, mas nós não concordamos com esta devolução e, portanto, não podemos acompanhar esta Proposta. Por outro lado, e porque nós não somos populistas (que eu acho que é o insulto do dia vindo da bancada do IN-OV, não sei se sortearam lá na tómbola) ..., mas nós não somos nem populistas nem fundamentalistas e, portanto, sabemos reconhecer (mesmo achando nós que aquilo que deveria ser era uma participação de cinco por cento) que quatro ponto sete por cento é uma participação que está efetivamente perto deste número e, ao mesmo tempo, que se mantém em relação a anos anteriores. Sabendo reconhecer isso, da mesma maneira, nós não vamos inviabilizar esta Proposta. O nosso sentido de voto, nesta Proposta do IRS, será de abstenção e entregaremos uma Declaração de Voto por escrito, mais ou menos na linha desta intervenção que fiz. -----

----- Passando à Derrama, temos na mesma uma pequena discordância, uma discordância pontual. Há a tal isenção de Derrama para empresas com volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros com a qual concordamos e depois o que está previsto por lei, é que a Derrama possa ir até um ponto cinco por cento para empresas com mais de cento e cinquenta mil euros de volume de negócios, que nós achamos que deveria ser a taxa aplicada. Mas, mais uma vez, e sabendo nós reconhecer que a taxa de um ponto quatro está naturalmente muito próxima de um ponto cinco, não vamos também inviabilizar esta Proposta, vamos até votar a favor, porque está bastante perto daquilo que nós achamos que deve ser. Vamos também entregar uma Declaração de Voto por escrito em relação a esta Proposta, também na linha daquilo que foi esta minha intervenção. -----

----- E é isto. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- O Senhor Deputado Rui Nascimento (PS) observou o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- A minha intervenção visa, sobretudo, a questão do IMI. -----

-----O PS desde dois mil e nove que defende a redução do IMI aqui no Concelho de Oeiras. Em maio de dois mil e vinte apresentámos um pacote de várias medidas para responder aos desafios que a pandemia nos estava a provocar do ponto de vista socioeconómico e uma das medidas que nós perfilhávamos, para todas as taxas e impostos municipais, era a redução dos mesmos, para permitir que as famílias pudessem responder mais facilmente aos custos que se previa que esta pandemia traria. Na altura essa proposta foi recusada, mas mais tarde a questão do IMI foi integrada no orçamento para dois mil e vinte e um e, agora, reproduzido em dois mil e vinte e dois e, portanto, o PS tem defendido esta linha e assim se manterá.”-----

-----A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Boa tarde a todos, novamente.-----

-----Relativamente a estas três Propostas de... impostos, exato.-----

-----Relativamente ao IMI, nós congratulamo-nos pelo facto de se manter a taxa mínima.

-----Em relação à devolução do IRS, consideramos que face à situação de pandemia que afetou fortemente as famílias e considerando que, ao contrário do que outras forças políticas indicam, de que quem paga IRS são os ricos, a verdade é que quem paga IRS não são só os ricos (como é óbvio), a grande maioria da classe média portuguesa paga IRS e foi quem mais sofreu com esta crise. Portanto, consideramos manifestamente insuficiente a devolução de zero vírgula três por cento, dos cinco por cento que são atribuídos ao Município.-----

-----Em relação à Derrama, pelos mesmos motivos relacionados com a pandemia e com a já enorme asfixia ao nível de impostos que afeta tanto contribuintes singulares como coletivos, também consideramos que manter o valor da Derrama de um ponto quatro, é algo que consideramos que deveria ser revisto e o valor da Derrama ser mais baixo para as empresas que foram, também elas, fortemente afetadas com a situação que vivemos hoje em dia.”-----

-----O **Senhor Deputado João Santos (CDU)** referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito boa tarde outra vez.-----

----- A nossa intervenção vai centrar-se sobretudo sobre o IMI e o IRS.-----

----- São dois impostos que geram receitas muito significativas para o Município de Oeiras (como aliás para os vários municípios) e entendemo-los como instrumentos fundamentais da política pública de coesão social, de redistribuição de riqueza e de correção de assimetrias. Nesse sentido, parece-nos que é importante não embarcar numa política tendencialmente convergente com o Estado mínimo. O Estado aqui, seja ao nível central, seja ao nível municipal, desempenha este papel fundamental para todos (também para as classes médias, naturalmente) mas, sobretudo, para as classes mais desfavorecidas e essas receitas, para nós, são muito importantes de garantir, para que o Estado, o Município (no fundo os agentes públicos), consigam ter os recursos necessários para a sua intervenção política neste sentido (correção de assimetrias, de coesão e de redistribuição da riqueza). Nesse sentido, mantendo aliás uma lógica coerente com aquilo que tem sido o posicionamento da CDU já de há bastante tempo, não acompanhamos a votação do IRS e do IMI.-----

----- Também colocamos especificamente uma questão sobre o IMI, que tem a ver com uma... no fundo é também um instrumento destinado à questão da reabilitação urbana e ao estímulo às formas de arrendamento a preços mais acessíveis. Aqui, a questão que colocamos é se existe alguma avaliação, por parte do Município, dos impactos que este instrumento tem tido ou se perspectiva que venha a ter nesse domínio, se realmente está a estimular, em que medida, com que quantificação é que isso está a acontecer, para se ter também uma noção do custo/benefício associado a estas reduções mas, igualmente, para se ter uma noção global da política de ordenamento do território do Município.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Pedi de novo a palavra para comentar a intervenção da Senhora Deputada da Iniciativa Liberal. Eu sei que estamos na quadra natalícia, mas a intervenção da Senhora Deputada da Iniciativa Liberal fez-me lembrar mais outra época do ano, que é a do carnaval, porque aquilo que nós temos aqui no que toca a devolução de IRS, é uma devolução de impostos aos mais ricos mascarada e daí eu ter-me lembrado do carnaval. Lembrei-me do carnaval, mas também podia lembrar-me do “halloween”, porque estamos a falar de uma máscara, mas é uma máscara que mete medo. Não podia deixar de dizer isto, porque aquilo que nós temos na devolução do IRS (de facto não são só os mais ricos que pagam IRS, eu creio que ninguém disse isso), mas as pessoas dos escalões de rendimentos mais altos pagam mais IRS e, portanto, também beneficiarão mais de uma devolução deste imposto.-----

-----Não tenho os dados de Oeiras aqui à frente, mas apenas para dar conta, por exemplo, de dados aqui do município vizinho, onde no que toca à devolução de IRS, os cinquenta por cento das pessoas dos escalões com menos rendimentos, veem apenas três por cento da fatia de devolução total de IRS chegar aos seus bolsos, enquanto que os vinte por cento dos escalões de rendimentos mais altos, veem cerca de setenta por cento desta devolução. Isto é a definição... se olharmos para um gráfico vemos uma pirâmide completamente ao contrário, que é a definição de regressividade fiscal, é a definição daquilo que é um imposto regressivo. Nós não podemos concordar com isto, o que temos aqui felizmente é uma situação onde isto acontece numa escala muito reduzida, mas tal como disse na minha primeira intervenção, espero que fique contido a estes níveis, espero até que seja possível, em anos futuros, que isto seja diminuído e atenuado e que possamos não só evitar esta regressividade fiscal, como também um “halloween” fiscal. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** disse seguinte:-----

-----“Muito obrigada novamente.-----

-----Gostava só de referir que não, não é nada relativo a carnaval nem a “halloween”. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que dá a entender, de facto, é que o Evoluir Oeiras prefere que ninguém receba, para evitar que outras pessoas que tinham direito a receber também - como são consideradas os tais “ricos”, que são os “bichos papões” - não possam receber. Nós não concordamos de todo com essa postura, achamos que sim, que todos devem receber e, portanto, continuamos a dizer que achamos manifestamente pouco a devolução de zero ponto três por cento de IRS às famílias. Dinheiro que é das famílias e dos contribuintes, que é dinheiro que é fruto do seu trabalho e que é entregue em sede de IRS.” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** retomou a sua intervenção:-----

----- “Peço desculpa, mas não posso mesmo... e é mesmo para terminar este “bate-bolas” com a Senhora Deputada do Iniciativa Liberal, que muito estimo. Apenas para lhe dar conta que os zero ponto três por cento que são devolvidos, se não fossem devolvidos, não desapareceriam, nem cairiam em “saco roto”, ficariam no orçamento do Município de Oeiras. Certamente que o Município de Oeiras, que a Câmara e o Estado em geral (se falássemos do Estado nacional), investiriam este dinheiro em serviços públicos que servem a população toda, em particular aqueles que estão nos escalões mais baixos de rendimentos (que são quem mais precisa dos serviços públicos) e que precisam muito mais que esse investimento em serviços públicos seja feito, do que aqueles que estão nos escalões mais altos de rendimentos precisam de uma devolução fiscal, de uma borla fiscal que, no fundo, é o que esta devolução de IRS municipal é: uma borla fiscal para aqueles que estão nos escalões de rendimentos mais altos.-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Antes de mais, não posso deixar de começar a minha intervenção, por saudar a presença do Senhor Presidente da Câmara, que em circunstâncias muito especiais nos continua a acompanhar nestes trabalhos e desejar-lhe as melhoras rápidas, porque é uma situação

desagradável para todos e no seu caso particular, terá sido ainda mais desagradável. Portanto, melhoras rápidas e um bom Natal. -----

-----Quanto à questão em aberto, o que nós temos visto é que anualmente esta Assembleia é convidada a apreciar e analisar estas Propostas, sendo que, naturalmente, elas têm sido sempre aprovadas porque impera nelas bom-senso, impera nelas o reconhecimento de uma realidade, que é a realidade deste Concelho.-----

-----Começo pela Derrama. Ao contrário do que alguns defendem nesta Assembleia, a fixação destes valores em termos de taxa de Derrama nunca afastou as empresas deste Concelho. Pelo contrário, as empresas continuam a privilegiar a sua instalação neste Concelho, continuam a entendê-lo como um Concelho de referência e não é pelo facto de terem que pagar este imposto que as tem afastado. Até porque, há que dizer, os impostos em Oeiras (este, como os outros) são utilizados para o bem-estar das populações e também para uma melhor qualidade de vida o que, naturalmente, quase se torna um “ciclo vicioso” (no bom sentido da palavra), na medida em que ao criar-se receita e ao investir-se essa receita na melhoria das condições de instalação, nomeadamente das empresas, elas próprias beneficiam disso. O PSD está perfeitamente de acordo com este valor da Derrama e não deixará de votar favoravelmente esta Proposta. -----

-----Quanto ao IMI, está bem referenciado e escalonado (de acordo com aquilo que tem sido uma prática dos últimos anos neste Município) e, portanto, também entendemos que não há aqui qualquer crítica a fazer em relação a este valor.-----

-----Relativamente ao IRS, devo dizer o seguinte: o PSD, que conta ser governo no próximo dia trinta de janeiro (por muito que custe a alguns nesta Assembleia), tem como sua orientação principal rever a questão dos impostos neste país. Vivemos asfixiados por um sistema fiscal absurdo, que o PS instalou com taxas e taxinhas ao longo destes anos e sem qualquer justificação, porque ao contrário daquilo que se passou no tempo de Passos Coelho, a situação herdada pelo Partido Socialista era completamente distinta. Como tal, entendemos que há que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

rever, na medida do possível, esta situação, por forma a dar uma maior esperança aos portugueses, naquilo que deve ser o seu futuro. Por isso, estamos de acordo com alguma das questões e, enfim, da defesa dessa baixa de impostos e entendemos que a Câmara aqui poderia de alguma maneira ter dado algum sinal, também, de entender assim, visto que duas coisas: primeiro (felizmente), a Câmara tem um suporte financeiro importante, nomeadamente através até do IMT sendo por vezes surpreendida com transações imobiliárias com as quais não contava neste Concelho e que depois resultam em receitas acrescidas, quer fundamentalmente também (como já foi aqui hoje referido), pelo facto dos cidadãos estarem, nos últimos dois anos (e também no último ano), asfixiados com esta “desgraçada” COVID e com, muitas vezes, a diminuição das suas receitas. -----

----- Devo dizer que ontem, na Câmara Municipal de Lisboa, foi votada a diminuição do IRS para um valor inferior até a este. Portanto, entendemos que se poderia ter dado um sinal (não quer dizer que se fosse para a taxa mínima), mas podia ter sido dado um sinal e é isso que nos leva a considerar que, embora estejamos de acordo com a redução (porque é sempre importante haver uma redução), julgamos que ela poderia ter ido mais longe. Em relação a isto, a nossa posição vai ser no sentido da abstenção. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- O **Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** perguntou o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, pedia-lhe um esclarecimento. -----

----- Contrariamente ao que me foi imputado pelo Senhor Deputado Municipal que acaba de falar, eu perguntava à Mesa, se não foi isto uma verdadeira intervenção de campanha eleitoral?” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** esclareceu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, eu não lhe vou responder... todos nós consideramos que temos direito às nossas intervenções e não se pode classificar como tal. -----

-----Mais alguém pretende usar da palavra?-----

-----Senhor Presidente, pretende usar da palavra? Faça favor.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Em primeiro lugar, quero aproveitar a minha intervenção aqui na Assembleia Municipal, para expressar o meu profundo reconhecimento a todos aqueles que me transmitiram mensagens de preocupação, de amizade, enfim de recuperação. Como sabem, nessas circunstâncias, quando estamos numa posição de fragilidade, é sempre muito bom sentirmos que temos alguém que nos acompanha, a injetar energia positiva e, realmente, senti isso. O meu muito obrigado a todos e como isto está a ser transmitido “online”, também a todos aqueles munícipes e cidadãos que me acompanharam, eu expresso aqui o meu sensibilizado reconhecimento.-----

-----Posto isto...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhor Presidente, se me permite, queria dizer que (e penso que é o sentimento de nós todos) ... o gosto que temos de o voltar a ver, recuperado e pronto para continuar a sua atividade em prol do nosso Concelho e para bem do nosso Concelho.-----

-----Continue a sua recuperação, tenha cuidado.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** retomou a sua intervenção dizendo:-----

-----“Ainda bem que falou em recuperação, Senhora Presidente, porque... permito-me acrescentar mais qualquer coisa, se é que isso pode adiantar relativamente ao estado de esclarecimento e de informação que todos já têm. Nunca será demais acrescentar que... eu também pensei, quando me apareceu o vírus, quando apareci infetado, que era uma gripe, uma pneumonia. Há sempre uma tendência (até porque eu já tinha tido duas pneumonias há uns anos) ... e fazemos sempre uma leitura que mais convém à nossa inércia e pensei: “é mais uma gripe, não é com certeza a COVID”. Os sintomas que tinha eram de gripe e não se presta a atenção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

adequada. Numa segunda-feira eu podia ter ido ao hospital, tratar, fazer o teste PCR... só o fiz julgo que no sábado, foi assim uma coisa, na sexta.... Quer dizer, aguentei uma semana inteira, segunda, terça e quarta até a trabalhar, quinta e sexta já não fui trabalhar, mas os sintomas realmente eram esses. Claro que quando fui confrontado com a realização do teste e era realmente positivo, nessa altura ainda... dois dias depois é que fui para o hospital. Não tinha aqueles sintomas, não perdi o paladar, ainda por cima tinha apetite (imaginem), não perdi o apetite (que era uma coisa tremenda), não tinha propriamente cansaço, aquilo que eu sentia eram problemas respiratórios. Era o sintoma que eu tinha. Tudo isso confirmou. O que eu queria no fundo dizer era o seguinte: é diferente de uma pneumonia. Acho que a vacina é fundamental, as pessoas devem vacinar-se. Independentemente da durabilidade do efeito da vacina (tenha seis meses, tenha sete, tenha oito, tenha um ano), é fundamental porque pode (pode não) ... atenua substancialmente os efeitos da COVID. Despistada a situação, hospital, tratamento (se for o caso) ou a quarentena em casa (tudo depende da circunstância, da situação em que se está), mas o tratamento é imediato, é fundamental, porque quanto mais tarde se chega ao hospital, pior. Depois, consequências finais... devo dizer-vos que me sinto muito bem, a recuperar muito bem, mas é óbvio que gera cansaço, coisa que uma pneumonia não gera. Portanto, estou aqui a descrever-vos o meu testemunho pessoal. Ao nível, por exemplo, das articulações dos joelhos, eu posso caminhar três ou quatro quilómetros à-vontade, não tenho nenhum problema (se for a direito), mas a subir escadas, por exemplo, não é o problema propriamente respiratório, é mesmo o cansaço nas articulações, nos joelhos. Esta é, de facto, uma consequência da COVID que outras situações similares, como é o caso da pneumonia, não provoca. Portanto... muito cuidado. As pessoas que não se vacinaram... Eu sei que mesmo aqui em Oeiras ainda há alguns idosos, pessoas com mais de setenta anos (da minha idade!), que não se vacinaram, que resistem à vacina, que resistem a vacinar-se. Não o façam. Na realidade, eu também estava convencido, perante a exposição que eu tive durante estes dois anos, a contactar com toda a gente, muitas

vezes talvez sem o cuidado devido com a máscara e, portanto, a dado momento eu via toda a gente com COVID à minha volta e não me tocava a mim e eu até achava “bom, realmente, devo ter um sistema imunitário especial.” Ora bem: ninguém tem um sistema imunitário especial; pode acontecer a todos. De maneira que: vacinem-se. -----

-----Posto isto, entrava então no problema que estamos aqui a discutir e eu só uso da palavra para fazer aqui um exercício de memória relativamente a uns impostos. Até porque o resto não tem grande discussão. -----

-----Em relação ao IMI, como sabem, está no mínimo. Está no mínimo legal e, como tal, não é possível baixar mais. De resto, este foi um compromisso que já assumimos das eleições de dois mil e dezassete: a diminuição gradual do IMI até ao mínimo legal. Mas, muitas vezes, nós não fazemos as contas e é indiscutível que há sempre uma certa tensão entre o deliberativo e o executivo, o Parlamento e a Câmara, porque uns é só baixar impostos..., mas depois querem aumentar a despesa. Não é só aqui ao nível da Assembleia Municipal. Ao nível do Parlamento Nacional, é a mesma coisa. Portanto, tem que haver aqui um equilíbrio e muitas vezes não se fazem as contas. -----

-----Há pouco, devo dizer-vos.... Faço aqui um parêntesis para chamar a atenção justamente para o pouco rigor (que é um dos problemas que o nosso País enfrenta), quando realizamos as coisas. Vai haver eleições legislativas, por exemplo, no dia trinta. Tive conhecimento há pouco, há duas horas, que vai haver (porque pelos vistos há uma tendência crescente e bem, pretende-se facilitar o voto), no dia vinte e três de janeiro o voto antecipado. Portanto, vão-se constituir várias mesas de voto (no caso de Oeiras mais trinta ou quarenta mesas de voto), espalhadas um pouco por todo o Concelho. O voto implica dois envelopes, estão a ver o trabalho que tudo isso dá. Mas votos de todo o país.... Qualquer cidadão de Braga que está aqui em Oeiras, pode votar aqui e depois o voto é enviado para Braga. Imaginam a logística que isto implica.... Pensam que alguém perguntou, do Ministério da Administração Interna, quanto é que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

isso custa? Como é que se operacionaliza? Estão a ver... Aqueles burocratas partem do princípio... “estala-se o dedo” e as coisas acontecem por magia. Eu falei neste exemplo só para dizer que, realmente, isto acontece com muita coisa. Determina fazer-se e depois é que se vai ver se há dinheiro ou não há. Na maior parte dos casos não há, e as coisas não se fazem. -----

----- O IMI. Quando nós reduzimos para o mínimo legal, não sei se os Senhores Deputados fizeram as contas. Estamos a poupar aos cidadãos apenas dezassete milhões de euros. São dezassete milhões de euros que a Câmara deixa de receber, e naturalmente que, ao deixar de receber estes dezassete milhões de euros, esse dinheiro fica (são cerca de cem euros, estatisticamente, é a “história do frango”)... mas lá ficam cem euros para cada cidadão deste Concelho (à volta disto, cem euros)... Obviamente que dá jeito ao cidadão, com certeza (a alguns, a outros não dará jeito nenhum)... ou melhor, a alguns cidadãos com mais dificuldades, a classe média mais empobrecida, com certeza que cem euros... agora aqueles que têm grandes palacetes e grandes apartamentos de um milhão de euros mais cem euros ou menos cem euros, ou menos trezentos ou quatrocentos, é a mesma coisa. Esta medida, de alguma forma, é cega, não sei se estão a ver... Estes dezassete milhões de euros, naturalmente, permitiam à Câmara Municipal fazer muitas outras coisas. Devolver aos cidadãos, não em dinheiro, mas em espécie, em qualidade de vida. -----

----- É o que acontece com a Derrama. A Derrama faz todo o sentido, porque, na realidade, ela é devolvida praticamente na íntegra às empresas. Porque se nós queremos gerar riqueza e este Executivo, esta força política e penso que a maioria desta Assembleia Municipal, defende a geração de riqueza, a criação de emprego qualificado e, portanto, a valorização das pessoas e com isso, a Câmara Municipal tem de criar infraestruturas, como, por exemplo, o centro de congressos. O centro de congressos, quando estiver pronto, é uma infraestrutura fundamental para as empresas deste Concelho. Investimentos que são feitos ao nível dos equipamentos, seja dos equipamentos das escolas, seja das creches para as crianças daqueles que

aqui vivem e que aqui trabalham, sejam infraestruturas rodoviárias ou transportes, estão a facilitar a vida das empresas.-----

-----Mas eu falei já demais sobre isto. Eu queria era falar sobre o IRS, porque verifico aqui alguns equívocos. Por exemplo: é espantosa a evolução do PSD nesta matéria. A abstenção do PSD, o anúncio da abstenção do PSD, só demonstra o desconhecimento da história e a falta de memória. Quem não vai gostar do que eu estou a dizer, é a Senhora Deputada Alexandra Moura. Ela vota de certeza a favor. O PS.... estou convencido (não ouvi a manifestação deles), mas eles votam a favor. Na minha opinião, julgo eu. Sinceramente, não ouvi. O que é estranho, é que, de facto, o PSD se abstenha nesta matéria. Se houvesse aqui uma redução para, por exemplo, cinquenta por cento, se em vez de zero vinte e cinco, fossem zero cinquenta, eu compreendia que o PSD se abstivesse. Estes zero vinte e cinco não é redução nenhuma, vamos ser claros. Isto é simbólico. O zero vinte e cinco é simbólico. E devo dizer-vos que este zero vinte cinco é feito já há para aí seis ou sete anos (penso eu) e por muito insistência, devo dizer-vos, de Vereadores do Partido Socialista na Câmara. Eu pessoalmente sempre fui contra a redução. Sou muito claro. Eu acho que esta redução é (até pelo montante), simbólica. E porque é que eu sou contra esta redução? Por uma questão de memória e de justiça. É que não sei se sabem... Lisboa pode dar-se ao luxo de fazer tudo, porque Lisboa tem um orçamento superior a mil milhões de euros e tem um IMI, como calculam (um IMI não, um IMT), tem um IMT fantástico. Não é o nosso caso. Como é que surgiu na lei (eu faço isto, justamente, para lembrar àqueles que não estão dentro do assunto) ... do IRS? Isto é a chamada “Lei Guterres”. Vejam bem, isto vem do tempo do Guterres. Pretendia-se mexer nas finanças dos municípios que tinham mais capacidade financeira e um pouco à boa maneira do Engenheiro Guterres, um homem solidário (como todos sabem) e que defendia muito a coesão social, ao nível da inter-territorialidade, ao nível da província, do interior, dos municípios de baixa densidade. Portanto, qual era a ideia? Era de alguma forma criar condições para um fundo municipal, em que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

municípios mais ricos davam para os mais pobres, e depois o Estado fazia a distribuição. Isto era a história. Mas isso foi o pretexto para retirar aos municípios com mais capacidade financeira, a participação no chamado Fundo Geral Municipal. O que é que acontece então? Estabeleceram... deram a possibilidade dos municípios com um determinado escalão de rendimento, com um índice de rendimento xis, passassem a poder dispor de cinco por cento do IRS. Recebem cinco por cento do IRS. Mas se eles quiserem, até podem isentar os cidadãos desse IRS. Isto é extrema hipocrisia, como calculam. Por uma razão: porque os vinte e cinco ou os trinta milhões que recebem do IRS é o que deixam de receber (vinte e cinco ou trinta milhões), do Fundo Geral Municipal. E vejam a justiça disto tudo... Ou seja: o Município de Oeiras, que trabalhou, que teve um desenvolvimento e teve uma estratégia de desenvolvimento para a fixação de empresas que, naturalmente, lhe deu uma situação, digamos, desafogada em matéria fiscal... e então, o que é que acontece? A Amadora, aqui ao lado, recebe trinta milhões do Fundo Geral Municipal. Trinta milhões... Faz do IRS o que quiser, tem trinta milhões garantidos... Sintra, tem quarenta milhões de euros. Faz do IRS o que quiser, está garantida na mesma... Apenas Lisboa, Oeiras e Cascais (são os únicos três municípios do país), não recebem do Fundo Geral Municipal. E então vamos prescindir do IRS? Mas isso, estamos a prescindir de uma verba que é fundamental para o nosso exercício. Quando na realidade, a história remonta a dois mil... a noventa e seis, noventa e sete (já vem daí). É de Sousa Franco, era o Engenheiro Guterres o Primeiro Ministro. Isto no fundo para dizer o quê? Que, na realidade, os Senhores Deputados, nesta matéria do IRS, têm que ter justamente em consideração que (possivelmente muitos de vós não se lembravam desta situação) o IRS foi uma forma de compensar a retirada do Fundo Geral Municipal (que por acaso, era mais do que o IRS). E mais: não está prevista na Lei das Finanças Locais (ao contrário do que acontece com o Fundo Geral Municipal), um mecanismo compensatório, no caso de haver, por exemplo, uma crise. Suponham que há uma crise: aumenta o desemprego brutalmente, diminui o IRS e diminui a receita da Câmara... não há, ainda, um mecanismo compensador.

Aliás, não sei se alguns se lembram disso, esta Lei das Finanças Locais do Engenheiro Guterres, foi alterada (por acaso foi um mau negócio para os municípios), porque decorreu de negociações e de alguma forma de uma grande reivindicação da Associação Nacional de Municípios, para a revisão do Código de Expropriações. O Código de Expropriações era muito complexo, muito burocrata e os municípios pretendiam um novo Código de Expropriações. É ao contrário, desculpem lá... Os municípios queriam a revisão da Lei das Finanças Locais e o Governo queria o novo Código de Expropriações. Então, o Engenheiro Guterres disse: “Bom, muito bem. Vocês vão ter a Lei das Finanças Locais, mas estão de acordo que façamos a revisão do Código de Expropriações”. E foi assim que aconteceu. Curiosamente, a Lei das Finanças Locais (reconheço), para os municípios pequenos e médios acho que foi melhor, melhorou, mas já o Código das Expropriações foi mau, porque criou uma situação de grande arbitrariedade que determina apenas, que fica nas mãos dos árbitros, a valorização de um determinado terreno, que pode ser até um terreno rural, mas se do outro lado da rua houver uma torre com não sei quantos pisos, é isso que vale. É avaliado em função da ocupação próxima. Isso cria realmente problemas, que faz com que muitas vezes os municípios em vez de expropriarem, tentem negociar, porque sai mais barato através de uma negociação, do que se forem para a expropriação. -----

-----Muito obrigado.” -----

4.4.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Jorge Manuel Damas Martins Rato), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira e António Maria Perez Metelo da Silva), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Artur Alberto Dono Claro Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes) e com dois votos contra da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Teresa Amélia do Carmo Carvalho) e uma abstenção do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 138/2021**-----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 986/2021 – DMAG/DFP/DPOC– IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTE AO ANO DE 2021 A LIQUIDAR EM 2022** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e oitenta e seis barra dois mil e vinte e um, a que se referem as deliberações números

três das Reuniões da Câmara Municipal, realizadas, respetivamente, em vinte e nove de novembro e nove de dezembro de dois mil e vinte e um e deliberou por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal, um Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com dois votos contra da Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do Partido Chega, aprovar: ----

----- A manutenção da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em zero vírgula oito por cento para prédios rústicos e zero vírgula trinta por cento para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), para o ano de dois mil e vinte e um, a liquidar em dois mil e vinte e dois conforme alíneas a) e c), do número um, do artigo centésimo décimo segundo, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI);---

----- Fixar uma redução de vinte por cento da taxa de IMI aplicável para prédios urbanos arrendados para habitação, nos termos do número sete, do artigo centésimo décimo segundo, do CIMI, desde que a renda mensal não ultrapasse os seguintes valores: -----

----- T Zero e T Um - quatrocentos euros; -----

----- T Dois - setecentos e cinquenta euros; -----

----- T Três - novecentos euros; -----

----- T Quatro e superior - mil e duzentos euros. -----

----- Fixar como data limite para qualquer município poder apresentar requerimento a solicitar o benefício fiscal, as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos, do dia vinte de dezembro; -----

----- Fixar uma redução até cinquenta por cento da taxa que vigorar no ano a que respeita



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

o imposto a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da respetiva legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n), do número um, do artigo quadragésimo quarto, do Estatuto dos Benefícios Fiscais; -----

----- Fixar uma redução de vinte e cinco por cento da taxa de IMI aos prédios urbanos com eficiência energética, nos termos do disposto nos números um e dois, do artigo quadragésimo quarto-B, do Estatuto dos Benefícios Fiscais; -----

----- Aplicar a dedução fixa de Imposto Municipal sobre Imóveis atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário a trinta e um de dezembro, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo centésimo décimo segundo-A, do código do Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

----- Majoração em trinta por cento da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, nos termos do disposto no número oito, do artigo centésimo décimo segundo, do CIMI; -----

----- No que se refere aos prédios urbanos devolutos ou em ruínas, é nossa intenção futuramente desencadear os procedimentos e diligências necessários à aplicação da majoração prevista na alínea a), do número três, do artigo centésimo décimo segundo, do CIMI; -----

----- No domínio do apoio à reabilitação urbana, aplicar as seguintes medidas, que densificam os conceitos do Estatuto dos Benefícios Fiscais: -----

----- a) Conceder isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis por um período de três anos a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, podendo ser renovado, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos no caso de imóveis afetos a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente, conforme alínea a), do número dois e

número seis, do artigo quadragésimo quinto, do Estatuto dos Benefícios Fiscais; -----

----- b) Conceder isenção total do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis nas aquisições de imóveis destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data de aquisição, conforme alínea b), do número dois, do artigo quadragésimo quinto, do Estatuto dos Benefícios Fiscais; -----

----- c) Conceder isenção total do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis na primeira transmissão onerosa subsequente à intervenção de reabilitação a afetar a arrendamento para habitação permanente ou habitação própria e permanente, quando localizado em área de reabilitação urbana, conforme alínea c), do número dois, do artigo quadragésimo quinto, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 987/2021 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares para 2022 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião) -----

4.5.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Jorge Manuel Damas Martins Rato), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Artur Alberto Dono Claro Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com dois votos contra da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Teresa Amélia do Carmo Carvalho) e com sete abstenções, sendo três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira e António Maria Perez Metelo da Silva) e uma do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 139/2021** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 987/2021 – DMAG/DFP/DPOC – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES PARA 2022** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e oitenta e sete barra dois mil e vinte e um, a que se referem as deliberações números quatro das Reuniões da Câmara Municipal, realizadas, respetivamente, em vinte e nove de novembro e nove de dezembro de dois mil e vinte e um e deliberou por maioria, com vinte e oito

votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, um do Partido Chega, um Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com dois votos contra da Coligação Democrática Unitária e com sete abstenções, sendo três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e uma do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a taxa de quatro vírgula sete por cento na participação do Município de Oeiras no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Oeiras, aplicada aos rendimentos de dois mil e vinte e dois, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no número um, do artigo septuagésimo oitavo-A, do Código do Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Singulares, configurando receita municipal em dois mil e vinte e três, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----
-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 988/2021 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Lançamento de Derrama relativa ao ano de 2021 a ser cobrada em 2022 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião) -----

4.6.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Jorge Manuel Damas Martins Rato), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira e António Maria Perez Metelo da Silva), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Artur Alberto Dono Claro Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com uma abstenção do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão).-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 140/2021**-----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 988/2021 – DMAG/DFP/DPOC – LANÇAMENTO DE DERRAMA RELATIVA ANO DE 2021 A SER COBRADA EM 2022**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e oitenta e oito barra dois mil e vinte e um, a que se referem as deliberações números cinco das Reuniões da Câmara Municipal, realizadas, respetivamente, em vinte e nove de

novembro e nove de dezembro de dois mil e vinte e um e deliberou por maioria, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com uma abstenção do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a manutenção da Derrama à taxa de um vírgula quatro por cento sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC gerado no Município de Oeiras referente ao ano de dois mil e vinte e um, para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros. -----

----- A isenção da Derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros., conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----INTERVALO-----

-----A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo.-----

4.7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 989/2021 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à Taxa Municipal dos Direitos de Passagem – TMDP (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhores Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos.-----

-----Alguém pretende usar da palavra sobre isto? Ninguém pretende usar da palavra sobre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

este ponto? Os Direitos de Passagem? Vou então passar à votação.”-----

4.7.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento e Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira e António Maria Perez Metelo da Silva), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva) e um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Artur Alberto Dono Claro Campos) e com dois votos contra da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Teresa Amélia do Carmo Carvalho).-----

----- Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, do

Partido Social Democrata, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Inovar Carnaxide e Queijas e Dinis Penela Antunes, do Inovar Porto Salvo, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 141/2021** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 989/2021 – DMAG/DFP/DPOC – TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM – TMDP** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e oitenta e nove barra dois mil e vinte e um, a que se referem as deliberações números seis das Reuniões da Câmara Municipal, realizadas, respetivamente, em vinte e nove de novembro e nove de dezembro de dois mil e vinte e um e deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena e um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e com dois votos contra da Coligação Democrática Unitária, aprovar o percentual de zero vírgula vinte e cinco por cento sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Concelho de Oeiras face à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano dois mil e vinte e dois., conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.8. Apresentação da Proposta CMO N.º 985/2021 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Plano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de Desenvolvimento Estratégico e Grandes Opções do Plano 2021–2025, Orçamento Municipal, Mapa e Orçamento de Pessoal para 2022-----

----- A **Senhora Paula Saraiva, Diretora Municipal de Administração Geral**, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, se me permite estar sem máscara preferia, por uma questão de dicção, de me fazer compreender. -----

----- Esta apresentação tem como intuito, no fundo... Julgo que já foi disponibilizado este “power point”, esta apresentação, junto dos documentos do Plano de Desenvolvimento Estratégico, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para vinte e dois. -----

----- Pretendo apenas dar algumas notas e conduzir um bocadinho melhor... enfim, a leitura e a análise destes assuntos. -----

----- Queria dizer também que estou disponível para... estou eu e, naturalmente, a equipa financeira e dos recursos humanos para esclarecimentos, para questões e para, inclusivamente, ser interrompida à medida que vou comentado aqui, alguma informação. -----

----- Queria começar por dizer que nós em Oeiras temos alguma tradição de basear e enquadrar o planeamento financeiro num enquadramento mais estratégico, ou seja, num plano de desenvolvimento estratégico, que alicerçámos numa metodologia de “balanced scorecard” em quatro dimensões. São as dimensões que ali vemos, desde a perspetiva dos munícipes, à financeira, à dos processos internos e à perspetiva da organização e das pessoas. -----

----- Fazemo-lo revisitando os pressupostos desta metodologia: a visão, a missão, as partes interessadas, a análise “swot”. Fazemo-lo normalmente de quatro em quatro anos. Porquê? Porque temos, naturalmente, um documento de base que é o programa e os compromissos eleitorais sufragados. Portanto, o Plano de Desenvolvimento Estratégico parte dos compromissos eleitorais e também, naturalmente, de toda a atividade corrente, em curso e presente. -----

----- Assim, temos treze objetivos estratégicos (um deles é técnico - o décimo terceiro - é

no fundo o mapa de pessoal e o orçamento de pessoal) e os doze objetivos estratégicos enquadram uma série de programas, projetos e ações que constituem o Plano de Desenvolvimento Estratégico vinte e um, vinte e cinco.-----

-----Este é o mapa estratégico, apenas com eixos e programas. Os projetos e as ações estão no próprio PDE (Plano de Desenvolvimento Estratégico).-----

-----O que é que distingue o PDE, já agora, das GOP (Grandes Opções do Plano)? O PDE tem ações não financeiras. De resto é igual, em termos de ações, às Grandes Opções do Plano. Naturalmente que as Grandes Opções do Plano obedecem a uma estrutura técnica que a lei nos impõe, dividida por PPI e por AMR, ou seja, por Plano Plurianual de Investimento e por atividades mais importantes (este último a atividade corrente, a despesa corrente, digamos, e o primeiro, despesa de capital).-----

-----Fizemos também no documento (é o segundo capítulo) ... porque, naturalmente, Oeiras tem verificado orçamentos expansionistas, dada a dinâmica de atividade que tem verificado nos últimos anos e achámos por bem, valendo o que vale, perceber um pouco e analisar um pouco a conjuntura macroeconómica, para podermos extrapolar para o comportamento previsível da parte da receita fiscal, dos impostos.-----

-----Aqui neste “slide” temos o histórico dos últimos dois anos (vinte e um ainda não temos o ano fechado, mas já temos uma estimativa muito aproximada à data de hoje, ao dia de hoje, até) e, portanto, o que vimos aqui neste “slide” é que, na comparação entre períodos homólogos, percebemos que há aqui um imposto que, de facto, este ano e conjuntamente, se portou muito bem - tem-se portado muito bem - que é o Imposto Municipal de Transmissões (o IMT).-----

-----O nosso histórico fiscal anda entre os noventa e os cem milhões. É esta a nossa expectativa de histórico fiscal.-----

-----Queria dizer também, relativamente ao IMI, que a nossa média histórica anda nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

trinta milhões. Até hoje recebemos vinte e nove milhões e qualquer coisa. Não sabemos se entrará mais alguma verba, mas não irá além dos trinta milhões (o IMI, em dois mil e vinte e um). -----

----- O IUC (Imposto Único de Circulação) é um imposto de circulação que ronda sempre os doze milhões. É estável, prevê-se por aí, doze milhões e pouco. -----

----- A Derrama também anda num histórico de dezoito milhões. Vamos verificar alguma descida da Derrama, embora diminuta. Hoje temos dezasseis milhões e tal recebidos, contamos que possa entrar mais alguma coisa, mas que não ultrapasse os dezassete milhões. -----

----- É no IMT que, de facto, o aumento foi exponencial. Aliás, nos últimos, dias... não esperávamos até... nos últimos dias (a semana passada), entrou receita acima das nossas expectativas. O histórico do IMT, como dizia há pouco, anda na ordem dos trinta milhões. Hoje recebemos mais trinta e oito milhões e não sabemos se vai entrar mais qualquer coisa de IMT. De qualquer maneira, trinte e oito, trinta e nove milhões é um número histórico. -----

----- Na análise deste cenário, desta conjuntura macroeconómica, tomámos duas entidades como referência (porventura as mais conservadoras, uma portuguesa e uma internacional): o Conselho de Finanças Públicas e o Fundo Monetário Internacional. O que é que nós vemos neste “slide”? É que os cenários que construímos para os cenários de projeções do PIB nacional andam muito parecidos, tanto numa como noutra. Eles só diferem aqui em dois mil e vinte e três. Portanto, dois vírgula nove.... Aliás andam muito parecidos um e outro cenário, queria só chamar a atenção para o seguinte: há um cenário que é o 1A e o 2A, os cenários A são cenários que considerámos com IMT constante. Ou seja: porque o IMT é um imposto cuja cobrança... enfim, não tem propriamente um comportamento expectável, tornámo-lo constante, para tornar esta análise mais real ou mais conservadora. Aqui, no cenário 1A, é o cenário que nos diz que o IMT anda na ordem dos trinta e oito milhões, aliás o valor de hoje. E, portanto, o que é que nós vemos aqui no cenário fiscal? Vemos que há uma ligeira diferença de três a cinco milhões perspectivada

para os próximos anos. Ou seja, no que respeita à receita fiscal, atenção, não vamos pensar que a receita vai subir muito, embora a perspectiva do PIB nacional seja de alguma subida significativa, nos próximos anos. Para vinte e dois espera-se cinco por cento (vimos no cenário e no “slide” anterior) e a partir de vinte e três, tanto uma como outra entidade, já baixam o PIB para os dois nove, dois dois e dois por cento. Portanto, vamos acautelar e perceber que a receita fiscal não irá subir muito. Isto numa perspectiva de indexar a receita fiscal ao aumento do PIB nacional. Foi o nosso exercício. -----

-----Indo agora a números e à informação relativamente ao enquadramento orçamental, temos aqui alguns indicadores. Quanto à independência financeira, já sabemos que o nosso Município (até pelas razões que o Senhor Presidente acabou de dizer também) tem uma elevada independência financeira, na perspectiva de a capacidade da receita municipal cobrir a totalidade da despesa (setenta e sete por cento). -----

-----A execução da receita, vai ser um pouco superior. Como digo, estes “slides” foram feitos há um mês e tal com dados de trinta e um de outubro e, portanto, a entrada do IMT que não estávamos à espera na semana passada, vai tornar a execução da receita ligeiramente superior. --- -----

-----A despesa primária é estável. Ela pode aumentar se algum dia o nosso serviço de dívida... e se contrairmos empréstimos. Mas é, portanto, estável. -----

-----O saldo corrente e a receita corrente, menos a despesa corrente, está a decrescer pelo aumento da despesa corrente ao longo dos últimos anos. Dentro da despesa corrente, salientar agora (entre outros), a despesa referente à COVID. Estamos próximos dos vinte milhões, estamos a aproximar-nos de despesa de vinte milhões com COVID. Isto naturalmente que vai condicionar o recurso ao excedente para financiar o investimento, nos próximos anos. -----

-----A dívida a fornecedores é inexpressiva. Já agora, dizer aos Senhores Deputados que o serviço de dívida... nós temos um valor em dívida na ordem de um milhão e seiscentos mil,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aliás a maior parte da dívida que temos a terminar em dois, três anos e o serviço de dívida, que é amortizações e juros, são cerca de um milhão e duzentos por ano. Todos estes números, naturalmente, constam dos documentos, estou a tentar só salientar e lembrar aqueles que me parecem mais importantes. -----

----- Este “slide” é importante, é o que é. Tem ali um erro na data (dois mil e vinte e dois, naturalmente). Este “slide” mostra-nos já a dificuldade que foi construir o orçamento de dois mil e vinte dois. Em termos de compromissos assumidos à data, quando fizemos o orçamento, tínhamos já setenta e quatro por cento do orçamento consumido. Ou seja, o que é que são os compromissos? São obrigações, são contratos plurianuais ou, pelo menos, que em vinte e dois já tinham obrigações. -----

----- Também a parte dos vencimentos, os dezoito noventa e dois não estão lá, não está lá o orçamento de pessoal todo. Faltam vinte e seis milhões, vírgula dois, como também é explicado profusamente no documento. -----

----- O que é que nos sobrou? Grosso modo, três vírgula três por cento, para novas atividades e projetos. O que é que implicou, o que é que vai implicar? Implicou um esforço de reprogramação de muitos contratos nos últimos meses e vai continuar a implicar contínuas reprogramações a partir de agora. Quer dizer o quê, este “slide” também? Que, naturalmente, vai haver necessidades de reforço em dois mil e vinte e dois, porque há muita atividade municipal que não está, naturalmente, aqui prevista. Portanto, será com recurso a saldo de gerência (já vamos falar dele) que o faremos, e na medida em que o pudermos fazer. -----

----- O orçamento para vinte e dois. Queria dizer que hoje, em termos de receita corrente, já temos cobrado cento e setenta e dois milhões novecentos e trinta e um e, em termos de receita de capital, temos cobrado também quinze milhões quatrocentos e oitenta e um mil. Em termos de despesa corrente, temos já executada despesa no valor de cento e quarenta e seis milhões e doze mil e seiscentos e de despesa de capital, cinquenta e cinco milhões cento e trinta e quatro. A

despesa de capital está com forte pressão, prevemos cerca de oitenta milhões neste orçamento, nestas primeiras dotações, neste primeiro orçamento inicial e, portanto, despesa corrente muito rígida. Na receita corrente temos crescimentos residuais, como dizia há pouco a propósito da análise da receita e da receita fiscal, segundo as projeções macroeconómicas. A receita de capital... queria dizer uma coisa, ou queria lembrar que não tem aqui receita de capital, não tem aqui venda de património. É espectável que haja, é intenção haver, mas não podemos contá-la para esta previsão, para esta estimativa e, portanto, a receita de capital (ao contrário dos anos anteriores), não prevê aqui venda de património. Dizer também, relativamente ao histórico de hoje, que a taxa de execução da receita anda na ordem dos oitenta e seis por cento, já com os saldos de gerência incluídos e lembro que os saldos de gerência incluídos este ano foram na ordem dos setenta e cinco milhões. Quanto à despesa, temos a despesa executada (estou a falar neste momento, de execução de dois mil e vinte e um) na ordem dos setenta e três por cento, setenta e três e pouco por cento. Ainda vamos pagar muito nos próximos cinco dias (estamos a pagar cerca de um milhão por dia), portanto contamos acabar o ano com cerca... entre cinquenta a cinquenta e cinco milhões de saldo de gerência. -----

-----Esta é, portanto, a subdivisão (também no orçamento de vinte e dois naturalmente) em termos de dotações. Dizer-lhes, não sei, o que é que pode causar mais.... Dar duas ou três notas. Transferências correntes e de capital, estes vinte e sete vírgula oito são subsídios para entidades, constam do PPI. Outras despesas correntes e de capital, tratam-se de indemnizações e pagamento de IVA, etc. Setenta milhões são de investimento. Juros e outros encargos passivos, naturalmente que é o serviço de dívida. Do lado da receita temos os impostos na ordem dos cem milhões; portanto previsão, dotação prevista. Transferências correntes e de capital, está no orçamento classes seis e dez, portanto na ordem dos quarenta e seis milhões. Venda de bens e serviços, está aí taxas, mas é venda de bens e serviços, a palavra taxa até está indevidamente usada (são as classes sete e oito do orçamento). Os rendimentos de propriedade desceram,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

também houve uma redução da previsão dos dividendos do SIMAS. As vendas de bens de investimento, o valor que está aí espelha o cálculo da média dos últimos trinta e seis meses. Ia fazer referência à fórmula de cálculo e dizer-lhes o seguinte: na previsão e nas dotações, os impostos estão sujeitos a uma fórmula de cálculo com base na receita, nos impostos cobrados nos últimos vinte e quatro meses. Aqui nas vendas de bens de investimento o cálculo é com média nos trinta e seis meses, é assim que a lei o diz e, portanto, são cálculos técnicos, não dá para ... hoje em dia já não é possível inventar receita, é a que é. Aqui nas transferências correntes, só dizer-lhes que é aqui que está o IRS, que acabaram de falar e votar. Dentro dos trinta e nove milhões quinhentos e dezoito, temos os vinte e um milhões e pouco de IRS; temos um milhão e oitocentos no âmbito da delegação de competência de saúde; onze milhões e muito na delegação de competências da educação (contrato interadministrativo); quatrocentos mil de contraordenações da Parques Tejo e a forma como estes valores estão decompostos estão, naturalmente, nos mapas que estão ao dispor dos Senhores Deputados. Se tiverem alguma dúvida, agradeço também que as coloquem.”-----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** interveio e disse o seguinte:

----- “Senhora Doutora, eu gostaria de colocar uma questão, por favor. -----

----- **Dá-me licença, Senhora Presidente?** -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Paula Saraiva, Diretora Municipal de Administração Geral,** respondeu o seguinte:-----

----- “Não, ainda não...”-----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** disse o seguinte: -----

----- Como disse que podíamos interpelá-la ao longo da exposição, por isso é que eu...” --

----- **A Senhora Paula Saraiva, Diretora Municipal de Administração Geral,** observou

o seguinte:-----

-----“Desculpe, por mim sim.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

-----**A Senhora Paula Saraiva, Diretora Municipal de Administração Geral,** retomou a sua intervenção:-----

-----“Obrigada. Desculpe, se calhar fui eu que disse, não sabendo as regras, aqui.-----

-----Este “slide” ... também estamos sempre a falar de vinte e dois, de valores estimados, do célebre princípio do equilíbrio orçamental. O que é que diz o equilíbrio orçamental? As receitas correntes devem cobrir as despesas correntes e sim, estamos bem, cobrem em mais de cinquenta e um milhões, portanto cobrem em vinte e nove ponto cinco positivos. A partir do zero, já está este indicador, digamos, satisfeito. Não está aqui o orçamento de pessoal, mas mesmo se estivesse aqui o orçamento de pessoal na íntegra (ou seja, com os vinte e seis milhões que faltam naturalmente juntar), mesmo assim, o nosso equilíbrio orçamental estaria na ordem dos catorze por cento.-----

-----Vamos então às previsões da receita. Impostos diretos espelham naturalmente o aumento... o cálculo é com base na cobrança dos vinte e quatro meses, da média dos vinte e quatro meses cobrados. Espelha já naturalmente o aumento do IMT. É uma despesa rígida, como eu dizia, é o que é. Aqui nas duas rubricas de baixo... a seguir, “taxas, multas e outras penalidades”, veem aqui algum aumento de vinte para vinte e um, que tem a ver com uma alteração do classificador económico, que fez verter aqui para esta classe da receita os impostos indiretos, que estavam noutra rubrica e acabaram com ela e, portanto, daí esta alteração. Também os rendimentos de propriedade veem um aumento de cinco para oito milhões. Tem a ver com as rendas da EDP, na ordem dos três milhões e meio que deixaram de constar julgo que na classe “vendas” e passou para “rendimentos de propriedade”. As transferências correntes têm



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

um aumento de vinte e um para vinte e dois. De trinta e seis para vinte e nove a descentralização administrativa, já é pacote relativo à descentralização administrativa. A receita de capital desceu abruptamente, porque não tem prevista qualquer venda de património. As transferências de capital aumentaram um pouco, enfim bastante, de três milhões e seiscentos, para seis milhões e oitocentos. São projetos cofinanciados, chegou a aprovação de alguns projetos cofinanciados, designadamente do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e estes valores refletem essas aprovações. Cá em baixo, o saldo de gerência não utilizado. Utilizámos doze milhões que vêm na última linha - saldo de gerência não utilizado - ou seja, com este orçamento, utilizámos todo o saldo de gerência. Isto é uma questão técnica, mas naturalmente estamos disponíveis para a discutir ano a ano e para a evidenciar, naturalmente, estamos a utilizar o último valor de saldo de gerência que podíamos utilizar. Fazemo-lo agora no início do orçamento e não durante o ano de vinte e dois, porque podemos fazê-lo agora e assim o fizemos. Incorporámos esses doze milhões quatrocentos e dezasseis cento e treze; incorporámos o último saldo de gerência utilizável. Mais uma nota: a tendência estabilizadora da receita. -----

----- A receita fiscal. Também já disse... o essencial: quais são os números históricos, qual é a tendência de execução e de cobrança este ano. Se houver alguma dúvida relativamente a este “slide” também... a seguir... -----

----- A receita não fiscal, a mesma nota. Na venda de bens e serviços, a descida destes vinte e dois milhões para os dezoito milhões tem precisamente a ver com a alteração do classificador económico. Foi basicamente a renda que recebemos da EDP que passou para outra rubrica da receita (como há pouco referi), que é precisamente a rubrica de transferências de rendimentos da propriedade. -----

----- Na ótica da despesa, a despesa corrente tende a ser rígida e é crescente. A despesa de capital apresenta uma dinâmica que aliás pode ser comparável: quarenta e três milhões em dois mil e dezoito para setenta e nove milhões em vinte e dois. Isto na ótica da previsão, da dotação,

não na ótica da execução. É claro que, com incorporações de saldos de gerência, a execução da despesa, de corrente e de capital fica acima, muito acima destes valores. Isto quer dizer o quê? Há que fazer cada vez mais um esforço de priorizar projetos, opções políticas, para não comprometer orçamentos futuros. -----

-----No quadro da legislação vigente, há um classificador, uma classificação que é a classificação funcional, por funções, há muito desajustada, é muito desadequada, mas não quisemos deixar de a cumprir (até porque é obrigatório, está em vigor) e destrinçar, portanto, os números por estas funções. Chamava a atenção para a preocupação com as funções sociais, que apontam para cerca de quarenta e nove por cento, espelhando, naturalmente, uma preocupação com o bem-estar da população. Dizer também o seguinte: também começa a espelhar a despesa com a descentralização administrativa, embora não suportada pelas transferências de Orçamento de Estado. - -----

-----Isto é uma análise por unidades orgânicas, tendo em conta as dotações iniciais. Digo sempre isto porque é um orçamento que, naturalmente, vai ter que ser reforçado, na medida do possível, ao longo do ano vinte e dois. Por exemplo, a Direção Municipal de Administração Geral tem cinquenta e quatro milhões pois, naturalmente, não tem os vinte e seis ponto dois do orçamento de pessoal, neste momento. -----

-----Temos também os números por programas e por projetos.-----

-----Aproveitamos sempre para dar algumas notas de recursos humanos, uma vez que o Orçamento de Pessoal e o Mapa de Pessoal fazem parte deste documento estratégico, deste PDE, destas GOP (aliás são o objetivo treze). -----

-----Este “slide” mostra, portanto, o número de postos de trabalho. Aqui estão apenas os ocupados e os vagos, não estão os chamados postos de trabalho cativos. Porque é que nós temos postos de trabalho cativos? Porque a lei assim nos obriga. No caso de licenças sem renumeração até doze meses, no caso de períodos experimentais noutras entidades, de mobilidades não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

consolidadas noutras entidades. Portanto, temos de manter os postos de trabalho cativos. Digamos que estes aqui são apenas aqueles que estão vagos e ocupados. Esta subida de três mil cento e setenta e oito para três mil e duzentos até nem fazia sentido, libertaram-se postos cativos para vagos. Portanto, essa subida de vinte e dois postos de trabalho só tem a ver com a libertação de cativos para vagos. O que quer dizer o seguinte: nós temos, ocupámos, entre entradas e saídas, em dois mil e vinte... nós temos um rácio positivo de setenta e um, ou seja, entraram mais ao longo do ano (naturalmente que isto é dinâmico), neste momento, temos mais setenta e um postos de trabalho do que tínhamos no início do ano. Mais quarenta e seis AO (assistentes operacionais), mais vinte assistentes técnicos, mais sete técnicos superiores, mais dois encarregados operacionais e mais dois fiscais. Temos menos um polícia municipal, menos três dirigentes e menos dois coordenadores técnicos. Setenta e um é o número. Neste momento acabamos o ano (porque não se prevê entrar mais ninguém até ao fim do ano) com dois mil novecentos e dez postos de trabalho ocupados e temos duzentos e noventa postos de trabalho vagos. O que é que isso quer dizer? Não implica que os ocupemos, ou seja, estes postos de trabalho até podiam ser reduzidos, porque o mapa de pessoal é um instrumento de gestão provisional, muito ágil, que pode ser alterado até todos os meses, assim diz a lei. Já não tem nada a ver com os quadros de pessoal antigos. Este é o nosso cenário. Temos duzentos e noventa postos vagos, pelas várias categorias e funções e dois mil novecentos e dez ocupados, que se densificam e se traduzem, como está aqui na última coluna em vinte e dois, num acréscimo de treze técnicos superiores (como digo não é obrigatório que ocupemos estes postos vagos que estão previstos, até pode haver algum ajuste a meio do ano, até para diminuir estes postos vagos e ocupados ou transferir de uma categoria ou função para outra), mais sete assistentes técnicos, mais um assistente operacional, mais dois técnicos de informática, mais dois polícias municipais e menos três outras carreiras (carreiras não revistas, desde fiscais a chefes de administração escolar, por aí fora). Portanto lá está, a diferença de vinte e dois. Por unidade orgânica, o peso é

este, entre vagos e ocupados, a comparação entre vinte e um e vinte e dois não é significativa. Assistentes técnicos... e técnicos superiores. A média de idades, que é um problema para a nossa organização, pois começamos a ter uma organização com uma média de idades alta, na ordem dos quarenta e nove, cinquenta anos. -----

-----Este “slide” diz a situação toda, prevê não só os postos ocupados e vagos, como os sessenta e cinco cativos nas várias categorias, pelo que, naturalmente, o valor total que está aí considera os cativos e cifra-se em três mil duzentos e sessenta e cinco.-----

-----Este “slide” tem a ver com o contrato interadministrativo da educação (escolas). Vemos que temos sempre um valor superior ao rácio legal. Temo-lo não só porque (e também, naturalmente, porque queremos prestar um serviço imprescindível e temos sempre esta pressão dos serviços da educação, do Senhor Vereador da Educação a querer, naturalmente, o melhor para as nossas escolas e com pessoal), mas também porque são recursos que, de alguma forma, têm um absentismo alto e temos que, rapidamente, criar contratos a termo ou a termo incerto para o mesmo posto de trabalho, ou seja, criamos outro posto de trabalho. Se há um funcionário ou assistente operacional que “entra de baixa” (usando linguagem, enfim, mais comum), criamos outro posto de trabalho (criamos e temos outro posto de trabalho) para contratar a termo (certo ou incerto) um recurso para obviar e assegurar as funções do recurso que está em casa. Dizer que a diferença é superavitária e resulta, também, de que a ocupação nem sempre é simultânea, uma vez que pressupõe a criação de postos de trabalho, para substituição de baixas.-----

-----As transferências ao abrigo deste contrato andam na ordem (só para educação, para os salários dos trabalhadores das escolas), em dois mil e vinte, (em vinte e um ainda não posso dar valores finais), dos oito milhões setecentos e noventa e um trezentos e setenta e seis.-----

-----Este “slide” mostra o que estamos... o orçamento atual, que inscrevemos trinta e sete milhões seiscentos e oitenta e um setecentos e vinte e dois. Naturalmente que no primeiro fluxo de caixa, na primeira incorporação de saldo de gerência, vamos ter que incorporar, prevendo este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

valor que está aqui em falta. São vinte e seis milhões duzentos e quarenta e nove duzentos e sessenta e um.-----

----- O que é que inclui o nosso orçamento de vinte e dois, relativamente ao de vinte e um (e estamos a falar de quatro milhões a mais, previstos naturalmente)? Incluí o aumento da remuneração mensal mínima de seiscentos e cinco para setecentos e cinco, já a partir de janeiro; inclui o aumento de zero vírgula nove para todos os trabalhadores; inclui o aumento das alterações de posicionamento remuneratório (ocorridas este ano, que foi ano de SIADAP); inclui não trinta e nove a preencher até trinta e um, mas treze, porque já não serão trinta e nove que vão entrar e inclui os tais duzentos e noventa postos vagos previstos. Esta conta foi feita apenas com cinco meses de ordenado. Isto é uma previsão, portanto é possível que não entrem e que os duzentos e noventa... é muito possível que não entrem, aliás que entrem um número de funcionários muito abaixo dos duzentos e noventa dos lugares vagos. Não inclui delegação de competências e não inclui, naturalmente, alterações de posicionamento e prémios de desempenho, porque dois mil e vinte e dois não será ano de avaliação de desempenho.-----

----- O “slide” está claro. Desde dois mil e dezassete até dois mil e vinte e dois temos aqui um aumento de quarenta e dois por cento, em termos de dotação. Quero dizer aos Senhores Deputados que o orçamento de pessoal é sempre executado. Neste momento prevemos noventa e nove por cento de execução, anda sempre entre os noventa e sete e os noventa e nove. Em termos de postos de trabalho, um aumento entre dois mil e dezassete e dois mil e vinte e dois (como digo, com postos de trabalho que não devem ser ocupados na sua totalidade, refiro isso também e reforço), de trinta e sete por cento. -----

----- Relativamente à despesa corrente, o orçamento de pessoal que está ali previsto, com valor de sessenta milhões cento e oitenta e dois, neste momento já são sessenta milhões seiscentos e cinquenta e um (uma alteração orçamental que fizemos na semana passada, quatrocentos mil a mais) e neste momento prevemos a execução não de cinquenta e nove

milhões vinte e cinco mil, mas de cinquenta e nove milhões oitocentos e treze mil cento e quarenta e dois. É a nossa previsão de execução no final deste ano (estamos lá) ou seja, noventa e nove por cento. São cerca de cinco milhões de diferença que expliquei e volto a reforçar aqui: remunerações dos treze postos de trabalho (entre outubro e dezembro que, entretanto, foram ocupados); novos recrutamentos têm um valor máximo, como digo, não vai ser usado com certeza... as próximas rubricas sim. Este aumento deve-se, sobretudo, ao aumento da remuneração mensal mínima garantida, à alteração na carreira ocorrida este ano, que se traduzem também em aumentos dos subsídios de férias e de Natal e encargos com a CGA (Caixa Geral de Aposentação) e a Segurança Social. Também numa ótica de transparência, dar o valor auferido pelas carreiras, categorias e cargos dirigentes (valores brutos, naturalmente). -----

-----E estou ao dispor.-----

-----Dar também uma nota aqui, que me compete, de agradecimento e de reconhecimento dos meus serviços financeiros. Como sabem, Senhores Deputados, estamos sem diretor financeiro há cerca de um ano. Acabou hoje de ser designado (se viram o despacho, já circula), novo diretor financeiro a partir de dia dois de janeiro. No entanto, este foi um ano que procurámos fazer, enfim... cumprir. Os serviços esforçaram-se (como sempre se esforçaram) e quero agradecer e reconhecer aqui o trabalho dos meus colegas, designadamente da Divisão de Plano e Controlo, dos Serviços de Recursos Humanos e até da Divisão de Gestão Organizacional.-----

-----Estou ao dispor então.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Obrigada Senhora Doutora, terminou a sua apresentação? Muitíssimo obrigada. Como sabem, Senhores Deputados, o nosso acordo é que hoje não há debate, há somente pedidos de esclarecimento técnico, penso que seja por esse motivo que o Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) queria intervir. Sim, Senhor Presidente faça o favor.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** interveio, dizendo o seguinte: -----

----- “Bom, de facto, isso foi combinado, aliás, nos últimos nos últimos anos, tem havido esta metodologia de apresentação pela área financeira. O que me parece, realmente bem do ponto de vista técnico a apresentação que acabou de ser feita do Plano de Desenvolvimento Estratégico, Grandes Opções do Plano e Orçamento na ótica, realmente, dos números. Portanto, essa é uma apresentação essencialmente técnica, naturalmente, os contornos políticos vêm depois na apreciação de onde é que esses números são aplicados. Portanto, quais são as prioridades, para onde é que o dinheiro é canalizado, onde está a ser investido, é mais na educação, é mais no social, é mais no desporto, é mais no investimento e, portanto, essa é a avaliação política, naturalmente, que os Senhores Deputados fazem. De maneira que, eu quero também expressar aqui o meu agradecimento à Doutora Paula Saraiva e a toda a área financeira justamente pela sua preparação. De resto, este documento, não sei se nos últimos anos tem sido distribuído, mas julgo que todos os Senhores Deputados tiveram acesso a este documento que eu tenho aqui, e julgo que a descrição mais fina, rigorosa, do que é toda a preparação do Orçamento com números, acho que está aqui. De maneira que, a discussão política, de facto, faz todo o sentido numa próxima reunião, de acordo com aquilo que combinaram. Muito obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, era isto que nós tínhamos acordado. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) quer fazer alguma pergunta? Um esclarecimento técnico?”-- -----

----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** disse o seguinte: -----

----- “É só um esclarecimento, mais nada. -----

----- Antes de mais, quero saudar a Senhora Doutora, pelo esclarecimento que prestou.----

----- Eu não conheço as contas de gerência da Câmara, não conheço os ativos tangíveis da conta de gerência e, estava há pouco a referenciar a projeção macroeconómica. Eu queria

perguntar se é suscetível de confirmar, à data, o saldo orçamental com folga entre a receita e a despesa daquilo que apresentou, Senhora Doutora.” -----

-----A **Senhora Paula Saraiva, Diretora Municipal da Direção Municipal de Administração Geral da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

-----“Ao dia de hoje, entraram de receita corrente: cento e setenta e dois, novecentos e trinta e um, mais quinze milhões quatrocentos e oitenta e um, o que dá duzentos e quarenta e três milhões vírgula oito de receita. O que significa uma execução de oitenta e cinco ponto nove ao dia de hoje com os saldos de gerência, Senhor Doutor. Já com a incorporação dos tais setenta e quatro mil e seiscentos de saldo de gerência, que fomos incorporando por três vezes ou quatro. --

-----Despesa, Senhor Doutor. A despesa corrente: cento e quarenta e seis milhões, doze mil e seiscentos, mais despesa de capital, cinquenta e cinco milhões, cento e trinta e quatro e quinhentos, dá cento e noventa e cinco milhões e seiscentos.-----

-----O saldo orçamental dá quarenta e oito milhões trezentos e quatro, novecentos e sessenta e sete, vinte e seis. Temos em caixa/tesouraria/ banco, hoje, sessenta milhões e pouco, contando que temos cinco dias para pagar e estamos a pagar cerca de um milhão, um milhão e tal. Contamos acabar o ano com valores entre os cinquenta e os cinquenta e cinco milhões. Não sei se vai entrar alguma coisa de impostos, como dizia há pouco. Entraram quinze milhões nos últimos quinze dias, entrou um valor até superior àquilo que estávamos à espera, mas nunca sabemos se vai entrar mais alguma coisa, ou de Derrama ou de IMT, é possível. Portanto, contamos acabar o ano com saldo de gerência de cinquenta a cinquenta e cinco milhões, mas temos cinco dias de pagamento e pagamos muito nos últimos dias, até ao dia trinta e um. Não sei se respondi Senhor Doutor. Obrigada” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível efetuar a sua transcrição.-----

-----O **Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** fez a seguinte intervenção:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Exatamente. Senhora Presidente com a sua autorização, eu gostaria de pôr cinco questões técnicas à Senhora Doutora.”-----

----- **A Senhora Presidente interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível efetuar a sua transcrição.**-----

----- **O Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** continuou a sua intervenção:-----

----- “Técnicas, números, só números, não vou discutir política. Foi esse o nosso entendimento justamente da utilidade desta sessão separada da de quinta-feira, para pedir esclarecimentos sobre números. -----

----- Do lado da receita tinha duas questões para lhe pôr Senhora Doutora, a primeira é a seguinte: -- -----

----- A venda de bens de investimento constitui uma receita não fiscal da Câmara, lançada na contabilidade ao longo de vários anos, por imperativo das regras da contabilidade pública. Em dois mil e vinte e dois preveem-se sete vírgula sete milhões de euros de receita das vendas passadas. Quais as receitas previstas dessas vendas passadas, até ao fim deste mandato? Não sei se dispõe aqui desses valores, que me possa dar. Agradecia.” -----

----- **A Senhora Paula Saraiva, Diretora Municipal da Direção Municipal de Administração Geral da C.M.O.** referiu o seguinte:-----

----- “Se me permite, vou respondendo para não me esquecer. Portanto, o Senhor Doutor quer...” -----

----- **O Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Até se esgotarem, digamos, estas verbas de vendas passadas, sendo certo que já estão atribuídas para o ano que vem, sete vírgula sete milhões. Eu queria saber se acabam em vinte e três ou em vinte e quatro e em que montantes.” -----

----- **A Senhora Paula Saraiva, Diretora Municipal da Direção Municipal de Administração Geral da C.M.O.** referiu o seguinte:-----

-----“Estes sete milhões, Senhor Doutor deixe-me só indo respondendo se não se importa, têm a ver com o tal cálculo técnico que a lei nos obriga e que é com base nos trinta e seis meses. Por favor, caras colegas, se eu estiver a dizer alguma coisa que não corresponda, digam por favor. Estes números depois são calculados aqui por cálculos técnicos que a lei obriga, ou seja, o apuramento e o cálculo é com base nos últimos trinta e seis. Claro que, nos últimos dois anos, tivemos a venda do Almarjão e do Espargal e isso, elevou a receita para cima, pelo que estão aqui os sete milhões, mas eu posso tentar dar-lhe informação mais fina ainda sobre o que é que à data, receita, nessa classe, nós temos, até ao fim do ano.”-----

-----O **Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** continuou a sua intervenção: ----

-----“A segunda questão é a seguinte: -----

-----Na página cinco da sua apresentação, se não estou em erro, naquela que nos foi facultada relativamente ao quadro do Imposto Único de Circulação, a minha pergunta é: como é que se explica a projeção de valores crescentes da receita deste imposto em máximos absolutos sucessivos? Se for ver a linha pontuada, a partir de dois mil e vinte e três, quando os dados anteriores levar-nos-iam a esperar o contrário.-----

-----Nos objetivos estratégicos afirma-se querer apostar nos veículos elétricos, no reforço da oferta dos transportes públicos e nas modalidades suaves de transporte, o que nós, diga-se de passagem, até já achamos muito bem, opções que implicam, todas elas, a diminuição e não o crescimento da receita em sede do IUC.”-----

-----A **Senhora Paula Saraiva, Diretora Municipal da Direção Municipal de Administração Geral da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

-----“Senhor Doutor, eu estou aqui para responder tecnicamente e não politicamente...” -

-----O **Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Não é politicamente, é como se explica, se tem algum racional para o aumento daquele quadro da receita de IUC. É essa a minha pergunta.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Paula Saraiva, Diretora Municipal da Direção Municipal de Administração Geral da C.M.O. referiu o seguinte:-----

----- “É como digo novamente...”-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O., interveio, dizendo o seguinte: -----

----- “.... Tem a ver com outra questão, tem a ver com o facto de empresas de “renting” deste País estarem maioritariamente sediadas aqui no Concelho e que arrendam automóveis para todo o País e Oeiras beneficia dessa receita. Razão porque, por exemplo, alguns municípios já tentaram seduzir essas empresas para irem para lá. Por exemplo, Cascais já tentou que empresas dessas fossem para lá mas elas estão aqui e, portanto, as maiores empresas de “renting” em Portugal, estão aqui em Oeiras. De maneira que, os autocarros, os carros que alugam, etc. não é aqui em Oeiras que estão a circular, estão a circular no País todo e é essa a explicação.”-----

----- A Senhora Paula Saraiva, Diretora Municipal da Direção Municipal de Administração Geral da C.M.O. disse o seguinte:-----

----- “A projeção, peço desculpa, é sempre calculada com base na cobrança dos últimos vinte e quatro meses.”-----

----- O Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) referiu o seguinte: -----

----- “Bem, do lado da despesa, eu queria perguntar, em terceiro lugar, no quadro da página oitenta e seis das GOP e do Orçamento, Plano Plurianual Orçamental, rubrica receitas de capital vindas de outras entidades. Estas verbas dão um salto brusco muito importante, passam de quatro milhões de euros em vinte e dois, para vinte e cinco milhões em vinte e três, para trinta e seis milhões e meio em vinte e quatro e para dezoito virgula três milhões em vinte cinco, num total, nestes últimos três anos do mandato que temos à frente, de oitenta milhões. Pergunto, se me pode dar alguma indicação que verbas sejam estas e qual a sua proveniência (página oitenta e seis das GOP e Orçamento Plano Plurianual Orçamental, rubrica receitas de capital vindas de outras entidades).”-----

-----A **Senhora Paula Saraiva, Diretora Municipal da Direção Municipal de Administração Geral da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

-----“Eu gostava de ver o documento, o GOP, por favor Cátia, eu não tenho do documento comigo. Não sei se foi o que eu disse há pouco, peço desculpa...”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Senhora Doutora Paula Saraiva, eu julgo que esta já é uma questão política, porque, na realidade, do que se trata é de explicitar para onde são canalizados esses investimentos em termos de financiamento de capital designadamente, ou ações contínuas seja na área da educação, seja na área social, seja na área do desporto, seja na área da Proteção Civil, porque há despesas correntes que têm continuidade, há fornecimentos como, por exemplo...” -----

-----O **Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)**, interrompeu dizendo o seguinte:

-----“Senhor Presidente não é despesa, é receita - “receitas de outras entidades” que dão um salto...”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção, dizendo o seguinte:--

-----“Do crescimento? Isso só pode ser transferências do Estado, designadamente na área da educação.”-----

-----O **Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** respondeu, dizendo o seguinte:---

-----“Não é do Estado.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Transferências de capital?”-----

-----O **Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** observou o seguinte: -----

-----“De capital de outras entidades, está aqui neste quadro. Claro que são cofinanciados e provavelmente, penso eu...”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Há sim, sim, fundos comunitários. É a previsão de fundos comunitários, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

certeza, não pode ser outra coisa.”-----

----- **O Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Mas se são verbas tão precisas aqui postas, a minha pergunta é se o executivo nos pode dar a informação, porque já deve saber, para ser tão preciso, que verbas são essas.”-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** respondeu, dizendo o seguinte: -----

----- “Sim dará, com certeza, na próxima quinta-feira.”-----

----- **O Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Paula Saraiva, Diretora Municipal da Direção Municipal de Administração Geral da C.M.O.** referiu o seguinte:-----

----- “Deixe-me só acrescentar, confirmar o que o Senhor Presidente disse, aliás, julgo que também referi isso Senhor Doutor. São verbas de projetos cofinanciados que, entretanto, tivemos a aprovação e temos sobretudo do FEDER e descentralização administrativa. De qualquer maneira, vamos dar-lhe informação mais fina, por mail, aliás está no slide, eu até tenho aqui e posso dizer-lhe o que é...”-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “PRR habitação, são cem milhões de euros no total, à volta disso, ou oitenta milhões e que já estão contratualizados, mas na quinta-feira esclarece-se isso.”-----

----- **O Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Há uma pergunta, para podermos ler o alcance nos PPI, que eu gostaria de fazer, não sei se me pode dar. Deu-nos alguns dados da execução orçamental até ao dia de hoje e não sei se nos pode dar este e é a minha quarta questão.-----

----- Dos doze vírgula cinco milhões de euros que estão autorizados para investimento neste ano de dois mil e vinte e um na construção do Fórum Municipal, qual a sua melhor estimativa para o dia de hoje, quanto à verba efetivamente despendida nesta obra, no corrente

ano.” -----

-----A **Senhora Paula Saraiva, Diretora Municipal da Direção Municipal de Administração Geral da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

-----“Neste momento não, mas também enviarei por mail se assim for entendido.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** interveio dizendo o seguinte:-----

-----“... dentro do assunto. Portanto, essa já é uma questão técnica, operacional, mas que não compete à área financeira, é da área do Departamento de Obras. Portanto, o Departamento de Obras é que tem que dizer qual é a previsão de execução para este ano. E aquilo que eu posso dizer sobre esta matéria, é que já estamos numa área política. A previsão é de que realmente há um atraso significativo desta obra. Portanto, posso na próxima quinta feira ..., aliás, a Doutora Joana Batista pode dizer agora. O Fórum qual é o atraso em termos de previsão financeira.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Batista** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Estava previsto executar seis milhões este ano e não chegámos a executar cinco milhões.” -- -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Inicialmente, atenção, eram doze milhões...” -----

-----O **Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Doze milhões e meio, sim.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção: -----

-----“Claro, foi feita uma recalendarização, porque é natural e passou para seis milhões e neste momento não chega aos seis milhões.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Batista** disse o seguinte: -----

-----“Executar cinco milhões este ano.”-----

-----O **Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Cinco milhões, muito bem. Muito obrigado pela resposta tão precisa, que deram. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A última questão é justamente uma coisa que a Senhora Doutora nos apresentou com algum detalhe e que, francamente, não conseguimos compreender, que tem a ver com a variação do orçamento do pessoal. -----

----- Neste ano de dois mil e vinte e um, como, aliás, como nos mostrou num dos “slides”, a verba da dotação inicial foi de trinta e quatro vírgula dois milhões e foi reforçada depois por mais vinte e seis milhões, para o total da despesa com pessoal neste ano, para a pagar toda a despesa necessária com os servidores do Município. Neste ano de dois mil e vinte e um, este é um reforço de setenta e seis por cento da verba inicial. -----

----- Primeira questão. Na previsão para o ano, esta rubrica começa por ser dotada com trinta e sete vírgula sete milhões para acabar, previsivelmente, com a necessidade de um reforço de mais vinte e seis vírgula dois milhões, o que representa que este novo reforço são mais setenta por cento da dotação inicial. A minha pergunta é simples e acredito que é mesmo para tentarmos compreender: qual é a necessidade de se proceder assim entre o início e o decurso do ano? Porquê? Porque esta é uma rubrica que, como é bem evidenciada, é sempre executada a noventa e muitos por cento praticamente cem, que é inteiramente previsível, que se sabe que vai ter que ser gasta. Qual a razão orçamental, tirando talvez um problema de calendário de escassos dias de incorporação dos saldos de gerência para, eu não digo que não se faça isso por esse motivo, mas o que me surpreende é que haja uma discrepância tão grande entre verba inicial que é, de facto, muito muito fortemente sub orçamentada e a verba final que, aliás, antes do princípio do ano, já se estima com grande precisão. Porque é que se procede assim orçamentalmente, Senhora Doutora? E não tem tenho mais perguntas era só isto, muito obrigado.” -----

----- A **Senhora Paula Saraiva, Diretora Municipal da Direção Municipal de Administração Geral da C.M.O.** referiu o seguinte:-----

----- “Procede-se pela simples razão que há que equilibrar receita e despesa e, portanto, a construção do orçamento assim o obrigou, tendo em conta que o grande volume de

compromissos e despesas fixas e, portanto, tivemos que ir ao orçamento pessoal para fazer esta redução, esta desorçamentação de alguma forma, contando que tínhamos saldo gerência suficiente para, mais que suficiente, numa primeira revisão orçamental o completar com vinte e seis milhões vírgula dois, que é o que falta.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Agradecer mais uma vez, não só pela sua apresentação como pela sua disponibilidade na resposta a estas questões que foram colocadas. Muito obrigada a todo o grupo financeiro.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Senhoras e Senhores Deputados, a última questão que foi apresentada, a última questão técnica, é talvez das questões mais políticas deste orçamento. De maneira que, o Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) usou aqui um estratagema para poder usar da palavra, invocando questões de natureza técnica, mas esta última questão é a mais política de todas e é mais política de todas porquê? Por uma razão muito simples, porque na realidade não tendo a ver com prioridades, digamos, não é aqui que está a prioridade ou as prioridades do Município, mas, na realidade há várias técnicas, digamos assim, legais para a construção do orçamento. Sabendo que, e reparem e isto é que é importante, a Câmara Municipal está sujeita a regras muito rígidas do ponto de vista da execução orçamental, ao nível de receita e ao nível da despesa. Desde logo, a despesa não pode ultrapassar a receita. O que significa que a receita tendo uma determinada rigidez, porque é calculada em função de uma determinada aritmética, de médias, o que é que significa? Significa que mesmo que a receita do conhecimento que nós temos possa ser muito superior àquilo que é a média, digamos, dos anos anteriores, nós não podemos consignar as verbas que sabemos que até vão ser recebidas no ano seguinte. E, essa é razão porque nos últimos quinze/vinte anos, o orçamento da receita de Oeiras foi sempre superior ao orçamento previsto, ou seja, a realização da receita ultrapassou sempre a previsão da receita do orçamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

A perspetiva é sempre uma perspetiva conservadora da própria lei no que diz respeito à elaboração do orçamento e ao cálculo da receita. Acontece que a dinâmica, de facto, do Concelho, a dinâmica da economia, dos agentes económicos, etc., obviamente que é mais ativa, nem podia deixar de ser assim, do que a lei, porque a lei é por natureza conservadora e, portanto, a não ser que a lei fosse alterada todos os anos em função da evolução das receitas municipais, das receitas gerais, das receitas do Estado, etc. e não é isso que acontece. Portanto, há determinadas receitas que podem ser previstas. Por exemplo, antigamente, antes da última lei das Finanças Locais, era possível consignar na receita, para equilibrar o orçamento, a alienação de bens, mesmo que a alienação de bens não se realizasse, mas ficava. E porque é que muitas vezes, no equilíbrio orçamental, a alienação de bens hipotéticos era fundamental? Por uma razão muito simples. O que acontecia era que normalmente esses bens ou não se vendiam, não se chegavam a vender, porque não havia comprador ou não se chegavam sequer a pôr à venda, porque a receita não fazia falta e porquê? Isto porque, a execução do plano é difícil chegar aos cem por cento. Portanto, a taxa de execução fica sempre aquém daquilo que é a previsão, embora em Oeiras, nós tenhamos taxas de execução extraordinárias. Em dois mil e vinte tivemos uma taxa de execução de oitenta por cento, oitenta e qualquer coisa, acho que foi aos oitenta por cento. Neste momento, estamos com sessenta e sete à data de novembro, naturalmente, que no mês de novembro há sempre muitos pagamentos, e, como tal, acredito que chegamos também aos oitenta por cento e chegar aos oitenta por cento é extraordinário. Aliás, se virmos os dados de dois mil e vinte, por exemplo, do Anuário dos Municípios Portugueses, verão que Oeiras tem (considerando que é o décimo segundo ou décimo terceiro município em população) das melhores performances do País. Por exemplo, ao nível do investimento de capital, acho que esse é motivo de grande orgulho para todos nós, por exemplo, é Lisboa, Porto e Oeiras. Oeiras tem investimento de capital superior a Cascais, a Sintra ou a qualquer outro município deste País, municípios com outra dimensão que Oeiras não tem. Ser o terceiro município no investimento de capital diz tudo.

Este é um investimento de capital que é o benéfico. Aquele que é fundamental para a vida das pessoas, para a vida das empresas, para a comunidade. Naturalmente que, tendo nós estas regras orçamentais que não nos permitem introduzir receita, por exemplo, o caso do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência. Nós, neste momento, o PRR já podemos considerar, porque temos o protocolo celebrado com o Ministério da Habitação e, portanto, é uma estimativa da ordem dos cem milhões de euros. Há uma parte que é comparticipada pela Câmara, que, provavelmente, andarás na ordem dos oitenta milhões de euros. Essa verba pode ser distribuída ao longo dos próximos três anos, porque está garantida e nos termos da lei orçamental, podemos considerá-la, mas já não se podem considerar hipotéticas vendas, dizer: “Olhe, vai ser vendido este prédio ou aquele”. Ora acontece que, do exercício dos últimos anos, apesar de taxas de execução muito significativas, a reserva, ou se quiserem o saldo que a Câmara tem, ainda é significativo. E, aliás, pelo orçamento que temos agora dois mil e vinte, naturalmente, após a alteração da revisão orçamental do princípio do ano e a taxa de execução que temos, obviamente que vamos chegar ao final do ano com saldo (já foi aqui referido) de vinte e tal milhões, vinte e sete milhões? Imaginem, mais de cinquenta milhões, portanto o que significa que temos uma situação, de alguma forma, com desafogo, nos próximos anos, garantir o financiamento dos compromissos. Naturalmente que, neste momento, temos uma situação diferente da que tínhamos, por exemplo, há quatro anos. Há quatro anos, quando em dois mil e dezassete fomos eleitos, muitos me ouviram aqui queixar-me de que, não eram propriamente críticas ao outro Executivo, mas aquilo que dizia é que não tínhamos projetos, recebemos uma Câmara sem projeto. Ora aquilo que eu posso afirmar neste momento a todos é que, felizmente, neste momento, o nosso problema já não é falta de projetos. O nosso problema agora já é a gestão dos recursos disponíveis nos próximos anos, porque não nos faltam projetos. Portanto, nós temos projetos significativos na área da habitação, temos projetos significativos na área dos equipamentos, designadamente equipamentos sociais sejam ao nível da deficiência, lares da terceira idade, residências,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

equipamento desportivo, campos de futebol, pavilhões desportivos, enfim, projetos que estão concluídos. Ora bem, não imaginam a tranquilidade que isto não nos dá. O que é que acontece então? Porque é que vamos recorrer a uma rubrica de pessoal agora e programamos vinte e sete ou trinta milhões de euros ou trinta e sete milhões de euros para dois mil e vinte e dois. E prevermos na revisão introduzir, naturalmente, o restante, o que falta para os cinquenta ou sessenta milhões de euros na totalidade dos recursos humanos. É muito simples e porquê? Por uma razão, é que se porventura fôssemos dotar já, na totalidade, os recursos humanos de uma verba que não precisamos de realizar nos primeiros seis meses do ano, para os primeiros seis meses do ano a verba que dotamos é suficiente. Em fevereiro, por exemplo, e nem é para os seis meses, na realidade é para os três meses, vamos fazer a revisão orçamental, em março ela estará pronta e estará alocada toda a verba necessária para a totalidade do ano. Mas, reparem, por dois meses, se nós fôssemos considerar, e tendo nós o dinheiro, isto seria um ato de pura estupidez e de prejuízo para os cidadãos deste Concelho, para a qualidade de vida deste Concelho atuar de outra forma. O que é que temos que fazer? A diferença que vai entre os trinta e sete que estão considerados e aqueles que são necessários, mais vinte e cinco milhões, esses vinte e cinco milhões tinham que de ser retirados de obras, fornecimentos, de prestações de serviços, etc., que teriam que esperar até fevereiro. Quer dizer, não adiantávamos nada com a dotação total para os recursos humanos e tínhamos que ter a Câmara Municipal parada no desenvolvimento de projetos, de investimentos, prestações de serviços, tudo aquilo que é necessário, durante este período até fevereiro. Qual era a outra alternativa? Eu devo dizer que há uns anos atrás cheguei a fazer isso, porque muitas vezes, porque este é um exercício... e devo dizer o seguinte:-----
----- Eu acho que é importante até que os serviços façam aqui apresentações para as Senhoras e os Senhores Deputados terem bem a noção do esforço, do trabalho que estas coisas exigem, e não é fácil quando se trata de preparar o orçamento. O orçamento começa a ser preparado em agosto, às vezes em julho até e, naturalmente, que cada serviço em função dos

“outputs” que os próprios Vereadores, o Presidente, enfim, os dirigentes de topo dão, no sentido de se prepararem projetos, obviamente medidas diferentes etc., e o que é que acontece? Normalmente, nós temos aqui um orçamento de cento e noventa e nove milhões e qualquer coisa não é, mas o orçamento chega aos duzentos e sessenta/ duzentos e setenta milhões e então temos que nos reunir durante uma semana inteira, às vezes quinze dias. Bom, onde é que se vai retirar, onde é que se vai cortar, onde é que vai ser retirado? E, quando nos aproximamos daquilo que praticamente atinge uma rigidez que já é muito difícil cortar, então havia uma alternativa, temos cinco por cento temos a mais, então corta-se cinco por cento em tudo. Cada GOP fica com menos cinco por cento e está o assunto resolvido. Bom, não está. Poderia estar numa altura em que a taxa de execução era muito menor, não sei se estão a ver, se vamos aos cinco por cento vamos atingir, por exemplo, uma GOP que já está, contratualizada, já está cabimentada e, portanto, se lhes vamos tirar os cinco por cento, já até tem visto do Tribunal de Contas, se lhes vamos retirar cinco por cento, inviabilizamos a proposta. Portanto, digamos, eu não digo que seja a lei do menor esforço, mas é o mais pacífico, é aquilo que cria menos problemas e uma grande rubrica como é a dos recursos humanos dizer, sim, senhor vamos retirar durante três/quatro meses aqui esta verba que é afeta servido por todas aquelas que é necessário e com a revisão orçamental, ficou resolvido, dotando na totalidade os recursos humanos. Portanto, esta é a questão, é uma medida que visa garantir que a Câmara Municipal, durante três ou quatro meses, não vai suspender a atividade de medidas que são fundamentais e, portanto, por exemplo, ainda agora recebi aqui oitocentos mil euros de testagem. Surpreende-me, testagem dos testes do COVID. O Governo paga doze euros por teste, a Câmara está a pagar quinze e então o que é que as farmácias fazem? Claro, dão prioridade aos testes da Câmara porque recebem mais e tentam não fazer os do Governo. Quer dizer, tem que haver aqui uma articulação entre o Governo e a Câmara. Portanto, nós vamos tomar uma medida, eram quatro por mês, vamos analisar isso, no sentido de articular bem, de maneira a que os testes que a Câmara paga sejam substitutivos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

digamos assim, uma complementaridade daqueles que o Governo faz, são oitocentos mil euros. Ora bem, se fôssemos com essa rigidez, Senhor Doutor, estes oitocentos mil euros já não havia. Não sei se estão a ver, já não havia, portanto, esta é essencialmente, indiscutivelmente, uma medida política de elaboração do orçamento, da maior transparência possível e, portanto, estamos aqui a dar eficácia, ao longo de três/quatro meses..., não é dizendo que: “Ah, mas depois vamos ver onde arranjar dinheiro para os recursos humanos.” Não, o dinheiro já está nos cofres da Câmara. Não vamos pedir empréstimos para isso, o dinheiro já está no cofre da Câmara. Só que as regras orçamentais, não nos permitem injetá-lo já no orçamento, só nos permitem fazê-lo em fevereiro. Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente pelo seu esclarecimento. Podemos passar ao ponto seguinte?”-----

4.9. Apresentação da Proposta CMO N.º 990/2021 – SIMAS – relativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2022 e Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Doutor Luís Lopes, faça o favor, pode começar a sua apresentação.”-----

----- O **Senhor Luís Lopes, Diretor do Departamento Financeiro e Comercial dos SIMAS** fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Orçamento dos SIMAS para dois mil e vinte e dois, a exemplo daquilo que aconteceu todos os anos, foi elaborado com base nos princípios orçamentais e contabilísticos em vigor e, segundo as regras do SNC, e ainda da parte, naquilo que resta das regras do POCAL na elaboração das rubricas orçamentais. -----

----- O Orçamento da Receita, consiste, fundamentalmente na questão tarifária, que irá vigorar para dois mil e vinte e dois. Orienta-se, segundo as regras definidas pela entidade

reguladora, a nossa entidade reguladora, a ERSAR e de acordo com o tarifário aprovado pelo Conselho de Administração do SIMAS de Oeiras e Amadora e depois, por algumas variações decorrentes de políticas de recuperação de dívida, diminuição das perdas, etc., como veremos, mais acima. -----

-----No que diz respeito ao tarifário em si, foi repercutido aos nossos clientes na tarifa variável os aumentos aplicados pela EPAL e pelas Águas do Tejo Atlântico que estão perfeitamente referidos nos documentos da ERSAR e que eles aplicaram, que é de zero vírgula nove por cento de acordo com o índice de preços harmonizado ao consumidor do Banco de Portugal, a previsão. -----

-----O orçamento dos serviços, a exemplo daquilo que a minha colega disse, cumpre, como é evidente, todos os princípios orçamentais vigentes.-----

-----A Receita total, entrando aqui na receita e na despesa. A Receita total tem uma variação, um acréscimo de zero vírgula cinco por cento em relação ao orçamento inicial no ano de dois mil e vinte e um e traduz-se num valor, num aumento na ordem dos trezentos e um mil euros. Apenas como nota, a aplicação do valor do saldo da gerência anterior, no ano dois mil e vinte e um, foi de dois vírgula dois milhões de euros. E, está aí assim retratado, a receita corrente e a receita de capital com as variações. Obviamente que a receita de capital é meramente residual. --- -----

-----Em relação à receita corrente, temos, fundamentalmente, as tarifas. A tarifa variável de abastecimento e tarifa fixa de abastecimento, tarifa variável de saneamento e tarifa fixa de saneamento, trabalhos por conta de particulares, outras receitas e o valor residual do saldo da gerência anterior que só será apurado, como sabem, por volta do fecho das contas e, portanto, irá ser incorporado na altura da revisão orçamental de junho. -----

-----Portanto, não se prevê que a totalidade da cobrança da receita referente a dois mil e vinte e um apresente valores muito diferentes no que respeita a dois mil e vinte e dois (acho que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aqui está errado), resultado dos tempos conturbados que vivemos com a pandemia de COVID-Dezanove e, portanto, não se fez uma previsão muito diferente. Aliás, a receita corrente aumenta apenas zero vírgula quarenta e sete por cento – duzentos e noventa e seis mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros.-----

----- Os valores previstos para dois mil e vinte e dois, como eu disse há pouco, têm em consideração o montante esperado da recuperação das dívidas, fundamentalmente, pela retoma da política de cortes que, como sabem, esteve, de certo modo interrompida, não foi de certo modo, esteve interrompida durante um conjunto largo de meses e depois, no âmbito da redução da água não faturada, pelo Plano Estratégico de Colocação dos Contadores. É um Plano Estratégico a quatro anos e já está, aliás, em curso este ano, já esteve e irá ser consubstanciado ao longo destes últimos três ou quatro anos. Já agora, a retoma do valor esperado e que foi considerado para a recuperação das dívidas, foi um milhão e setecentos mil e que está repartido pelas várias tarifas variáveis e tarifas fixas.-----

----- Em relação à Receita de Capital, como disse há pouco, é meramente residual, tem a ver com retomas de equipamento de transporte e de alguma maquinaria/equipamento, nomeadamente em relação às substituições dos contadores.-----

----- A Despesa de Capital tem um aumento ligeiro de zero vírgula quarenta e oito por cento resultante do efeito conjugado da diminuição de três vírgula cinco milhões de euros na Corrente, como está ali retratado e no aumento de três vírgula oito milhões de euros na de Capital.-----

----- Por forma a dar seguimento aos vários projetos estruturantes, alguns já em curso, a decisão foi de reduzir o valor da despesa corrente, nomeadamente nas rubricas da Compra de Água e Recolha e Tratamento de Efluentes, já direi qualquer coisa mais à frente, em relação ao ano anterior. A verba será inserida em sede de alteração orçamental modificativa, antiga revisão orçamental e na altura da integração do saldo da gerência anterior.-----

-----Ao nível da Despesa Corrente, o decréscimo mais relevante verifica-se na Aquisição de Bens - (compra de água, ferramentas e utensílios, matérias-primas e subsidiárias) e na Aquisição de Serviços - (recolha e tratamento de efluentes, encargos de cobrança de receitas e comunicações), como está espelhado nesse primeiro quadro. A despesa de pessoal tem um aumento de trezentos e seis mil euros. A variação da rubrica de Despesas com o Pessoal deve-se essencialmente ao reposicionamento do SIADAP, referente ao biénio de dois mil e dezanove/dois mil e vinte, que se vai consubstanciar também em dois mil e vinte e um. -----

-----No Mapa de Pessoal, prevê-se apenas e, portanto, estão incorporados a regularização de três contratos a termo certo e de uma mobilidade interserviços, e como dizia e bem, sem encargos adicionais. -----

-----Em relação à Aquisição de Bens e Serviços, temos as “matérias primas e subsidiárias” com um contrato de execução de fornecimento em contínuo que já começou. E, portanto, a previsão é uma redução de duzentos e cinquenta mil euros. Os “combustíveis” têm um valor com um aumento meramente residual. Em relação ao “material de escritório”, diria a mesma coisa que as “matérias-primas e subsidiárias”, um valor inferior em um milhão novecentos e cinquenta e três na água e como está ali escrito e como disse há pouco, vai haver, com certeza, a necessidade (não há a mínima dúvida) de que em sede de revisão orçamental seja na altura aumentado o valor da aquisição da água. -----

-----No que diz respeito a “ferramentas e utensílios e material de laboratório e outras aquisições de bens”. Nas outras aquisições de bens, a diminuição é relevante porque na rubrica de vestuário e artigos pessoais, é apenas a manutenção, porque aquilo que foi relevante já aconteceu, foi a substituição que ocorreu no ano passado e este ano também. -----

-----Na aquisição de serviços, temos um decréscimo de cinco por cento em relação ao orçamento inicial, que resulta do efeito conjugado do aumento de estudos/pareceres, projetos e consultadoria, essencialmente para a elaboração dos projetos do Plano Estratégico de Eliminação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

das Redes de Fibrocimento. Um projeto estratégico para estes serviços e na locação de material de transporte. Vamos adquirir nove viaturas ligeiras, cem por cento elétricas. Da diminuição dos encargos das instalações (eletricidade) e conservação de bens (viaturas, ruturas e manutenção da rede, manutenção dos edifícios, equipamentos e diversos) e também comunicação e seguros, que foram objeto de novos contratos. -----

----- E, do aumento da “assistência técnica” - equipamentos e sistemas informáticos, substituição dos existentes, administrativos e do laboratório. Os “outros trabalhos especializados” (diversos serviços técnicos como habitualmente, controlo de pragas, manutenção dos espaços verdes nos reservatórios, policiamento, higienização dos reservatórios, câmaras de manobra e por aí fora). -----

----- Outras aquisições de serviços - reposição de pavimentos, diversos serviços de água (aqui tem a colocação de contadores e também o aumento da política de cortes e ensaios laboratoriais). -----

----- Da diminuição da “Recolha de Tratamento de Efluentes” (acompanha a mesma lógica da água, com a necessidade de reforço em sede de revisão orçamental e os coletores pluviais e só os coletores pluviais ainda existentes na corrente, dizem apenas respeito àqueles que já existiam, os novos serão contabilizados em despesa de capital. -----

----- Por fim, as “Outras Despesas Correntes”, que há que realçar, principalmente duas rubricas, a “Taxa de Recursos Hídricos” que acompanha a variação das tarifas e das receitas, como é óbvio e o IVA pago. O IVA pago porque os serviços entenderam modificar o procedimento de um sistema estritamente pro rata para um sistema misto - direto e pro rata e tiveram um benefício claro. -----

----- Em relação à Despesa de Capital esta apresenta, como foi dito há pouco, um aumento de quarenta e seis vírgula cinco por cento relativamente ao orçamento inicial. -----

----- A Aquisição de Bens de Capital que inclui (terrenos, instalação de serviços, sistemas

de drenagem, captações e distribuição de águas) é a rubrica com maior peso e tem um valor de três milhões, sensivelmente.-----

-----As Aquisições de Bens de Capital têm um aumento de quarenta e seis vírgula cinco sendo de quarenta e três vírgula seis por cento, os tais três milhões e onde destaco os seguintes projetos: --- -----

-----Concelho de Oeiras - Obras de remodelação/substituição de redes de abastecimento de água, nos subsistemas que estão aí descritos (Figueirinha, Leceia, Alto de Barcarena, Carnaxide, Alto do Montijo e Geral, de acordo, fundamentalmente, com o plano estratégico de eliminação das redes de fibrocimento.-----

-----Obras de remodelação/substituição das redes de saneamento e pluviais nos subsistemas de Algés, Barcarena, Jamor e Geral. Remodelação das redes com base em ocorrências, inundações e de acordo com o Plano Diretor Municipal.-----

-----Construção/remodelação do reservatório no subsistema atual de Santa Catarina. -----

-----Conservação de edifícios, nomeadamente na remodelação da nova loja de Algés que vai substituir a antiga dos serviços comerciais. Não é só dos serviços comerciais, mas é o nosso posto em Algés, manutenções diversas e a construção de edifícios, o Templo de Água, o procedimento está em curso. -----

-----No Concelho da Amadora a remodelação, a lógica é exatamente a mesma, e a substituição das redes de saneamento de água dos subsistemas da Fonte Santa, Média Amadora, Alto da Brandoa, Atalaia e Geral de acordo com o plano estratégico de eliminação das redes de fibrocimento, remodelação/substituição das redes de saneamento nos subsistemas de Algés (Amadora), Jamor/Carenque e Geral. Remodelação das redes com base nas ocorrências, inundações e de acordo com o Plano Diretor Municipal. -----

-----Conservação de edifícios com a remodelação da loja da Amadora, a lógica é exatamente a mesma da loja de Algés também, vamos sair do posto atual para um outro posto. E



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

construção de edifícios com o Projeto do Centro de Interpretação Ambiental da Amadora, que aguarda decisão.-----

----- Por fim, as outras despesas de capital têm um aumento de sessenta e um vírgula sete por cento, mas os tais oitocentos e trinta e seis mil quinhentos e setenta euros e tem o maior incremento no material de transporte que já falámos, da aquisição oito viaturas mistas de mercadorias, duas pesadas de desobstrução e aspiração e quatro motociclos elétricos.-----

----- No equipamento básico com o já referido plano estratégico de substituição de contadores com pré-instalação de aceitação e isto está perfeitamente integrado no plano estratégico que foi desenvolvido, da futura telemetria integrada. Muito obrigado, pela atenção.” -

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Doutor Luís Lopes, pela sua apresentação, não sei se o Senhor Presidente pretende usar da palavra.”-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

----- “Um agradecimento ao Doutor Luís Lopes, pela apresentação que fez.”-----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- Não houve intervenção do público.-----

6. A Senhora Presidente da A.M. concluiu, dizendo o seguinte:-----

----- “Terminámos os pontos da nossa Ordem de trabalhos e não temos ninguém do público inscrito para usar da palavra.-----

----- Resulta que, chegámos ao fim desta nossa reunião, voltamos a encontrar-nos no dia vinte e três para o debate do Orçamento.-----

----- E despedimo-nos.”-----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

----- A Senhora Presidente da A.M. deu por encerrada a reunião às dezanove horas e quinze minutos.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente da
A.M. e pelos Secretários da Mesa. -----

-----A Presidente,-----



-----O Primeiro Secretário,-----



-----O Segundo Secretário,-----

